



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

PAINÉIS

CADERNO DE RESUMOS

1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Encontro Internacional de História Colonial
(11. : 2026 : Cachoeira, BA)
Caderno de resumos [livro eletrônico] : painéis
do XI Encontro Internacional de História Colonial /
organização Marco Antônio Nunes da Silva, Camila
Fernanda Guimarães Santiago. -- Salvador, BA :
Ed. dos Autores, 2026.

PDF

Vários autores.

ISBN 978-65-02-23818-9

1. Brasil - História - Período colonial
2. História 3. Historiografia I. Silva, Marco
Antônio Nunes da. II. Santiago, Camila Fernanda
Guimarães. III. Título.

26-378580.0

CDD-981.021

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Período colonial : História 981.021

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

A

Iconografia do combate espiritual: imagens demoníacas na pintura franciscana na Paraíba Colonial

Abel Calisto Bendito – Universidade Federal da Paraíba

Orientadora: Carla Mary S. Oliveira

São analisadas as representações demoníacas na capela-mor do Convento de Sto Antônio da Paraíba, na antiga Cidade da Paraíba, hoje João Pessoa, propondo a constituição da demonologia visual barroca como instrumento da catequese seráfica, essencial para compreendê-la. Se articula a história cultural das representações de Chartier com a análise iconológica de Panofsky, dialogando com a história da demonologia, com base especialmente em Minois. Se identificou tipologias demoníacas híbridas e teatralizadas por meio da materialização de narrativas de combate espiritual nos painéis analisados, vinculadas ao discurso barroco franciscano, entendendo que tais imagens operam como dispositivos de regulação moral e evidenciam a adaptação colonial de modelos visuais europeus pós-Trento.

Referências:

CHARTIER, R. O Mundo como representação. Estudos Avançados, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

MINOIS, G. História do Inferno. São Paulo: Unesp, 2023.

OLIVEIRA, C. M. S. Imagem, Doutrinação, Catequese e Fé: representações da vida de Sto Antônio de Pádua na iconografia franciscana da Paraíba colonial. Fênix, v. 9, n. 2, p. 1-17, 2012.

PANOFSKY, E. Significado nas Artes Visuais. São Paulo: Perspectiva, 1991.

Um Brasil à la française: os contornos da Indumentária feminina brasileira de inspiração francesa a partir da obra de Carlos Julião (c. 1767-1813)

Alana Marina Seguintes Conserva – Universidade Federal de Pernambuco

Orientador: George Félix Cabral de Souza

A maneira como nos vestimos é um modo de expressar a individualidade seguindo as regras de um conjunto. A História da Indumentária visa buscar significados, para além do escrito, que por muito tempo estiveram ocultos, e é neste ínterim que este trabalho se encontra. Tendo em vista que a área apresenta poucos expoentes no Brasil, esta pesquisa serve para o ampliamiento historiográfico e contribui no desenvolvimento deste tão importante tema. O objetivo principal é elucidar a seguinte questão, “a moda feminina no Brasil Colonial do século XVIII, adquiriu contornos próprios, mesmo estando





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

intrinsecamente ligada aos ideais e moldes franceses?”. A metodologia será a análise imagética dos tipos presentes na obra de Carlos Julião. As imagens foram analisadas e comparadas a moda corrente francesa e a descrições de cronistas que no Brasil estiveram, e se pode perceber uma perceptível diferenciação e adaptação da moda francesa trazida ao Brasil, principalmente em elementos como os bordados, os tecidos e os aviamentos.

Referência:

CUNHA, L. F. F. Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio. Aquarelas por Carlos Julião. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

3

Natureza e práticas indígenas na Amazônia colonial: uma análise da iconografia “Caça aos Pássaros” (1775)

Alessandra Maria Bezerra Costa – Universidade Federal do Pará

Orientador: Wesley Oliveira Kettle

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre natureza e práticas indígenas na Amazônia colonial, a partir da iconografia “Caça aos Pássaros” (1775), em diálogo com os relatos do jesuíta João Daniel. Justifica-se pela relevância de compreender como os colonizadores registraram e interpretaram os modos de vida indígenas, especialmente no contexto das demarcações de limites no século XVIII. A metodologia baseia-se na análise iconográfica articulada à perspectiva da História Ambiental, considerando elementos humanos e não humanos como agentes históricos. Os resultados indicam que a imagem representa a prática da caça de pássaros com o uso da zarabatana, instrumento confeccionado a partir do caule do coco, evidenciando saberes técnicos e a interação com o meio natural, além de sugerir a inserção dessas práticas nas dinâmicas coloniais. Por fim, a iconografia, produzida sob ótica colonial, permite ampliar a compreensão das relações entre indígenas e natureza.

Referências:

DANIEL, João. Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, 2 v.

KETTLE, Wesley. Visões da natureza: História ambiental na Amazônia colonial. Curitiba: CRV, 2025. p. 318.

Políticas indigenistas e administração colonial: a atuação do Conselho Ultramarino nas capitanias da Bahia e do Pará (1670-1750)

Alexsandro de Jesus Albano e Larissa Miranda de Oliveira – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Orientador: Fabricio Lyrio Santos





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

4

A colonização do espaço colonial português envolveu a formulação de políticas indigenistas mediadas por instituições metropolitanas, como o Conselho Ultramarino. Este estudo analisa a atuação desse órgão na definição, interpretação e aplicação de leis voltadas às populações indígenas entre 1670 e 1750, com foco nas capitanias da Bahia e do Pará, pertencentes, respectivamente, ao Estado do Brasil e ao Estado do Maranhão. A pesquisa baseia-se em documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Projeto Resgate, composta por consultas, votos, pareceres e arrazoados produzidos pelo Conselho. O objetivo é traçar um paralelo entre as duas capitanias, evidenciando as nuances presentes nos pareceres sobre a temática indígena em contextos distintos. Metodologicamente, ancora-se na História Cultural, mobilizando o conceito de representação para compreender as articulações entre discursos, práticas e agentes coloniais, evidenciando disputas políticas, religiosas e administrativas, bem como diferentes formas de controle e negociação envolvendo populações indígenas na América portuguesa.

Trajetórias e Regimes de Trabalho (1769-1778): a imigração compulsória de mazaganistas para o Vale amazônico

Allan William Lebrege da Costa – Universidade Federal do Pará

Orientador: Antonio Otaviano Vieira Junior

Esta pesquisa investiga o processo de migração, em 1769, dos habitantes de Mazagão, uma fortaleza lusitana no litoral do Marrocos. O objetivo norteador é refletir os efeitos sociais e demo-econômicos ao longo da imigração da população mazaganista para o Grão-Pará de acordo com interesses econômicos da Coroa. Esta pesquisa se insere numa tentativa de somar para o cenário dos estudos populacionais da população pretérita portuguesa que migrou compulsoriamente do Marrocos para o Grão-Pará, visto que há lacunas na historiografia sobre tal temática (Bacellar, 2005), e ressaltam-se as especificidades demográficas dos mazaganistas. A metodologia dirige-se para a análise de indicadores populacionais da fortaleza e da vila nova, para um quadro de domicílios, perfil de trabalho, possibilitando uma comparação, valorizando o uso de informações populacionais, a partir da produção de bases de dados de listas nominais desses indivíduos. Inicialmente, observa-se a possibilidade de analisar trajetórias individuais e mudanças no perfil de trabalho dessa população, que a partir do olhar da micro-história (Ginzburg, 1991) são resultados de processos macro-econômicos.

Referências:

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado et al. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, 2005.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia



Trabalho indígena e abastecimento no Pesqueiro Real do Tapajós (1755–1777)

Caroline Daiane Matos da Silva – Universidade Federal do Oeste do Pará

Orientadora: Vanice Siqueira Melo

5

A pesquisa analisa a atuação dos povos indígenas no Pesqueiro Real do Tapajós e na produção de farinha entre 1755 e 1777, buscando compreender de que maneira esses trabalhadores se apropriaram do trabalho e do espaço, contribuindo para a formação de territorialidades na região. O estudo se justifica pela importância do peixe e da farinha no abastecimento do Estado do Grão-Pará e Maranhão, bem como pela ainda reduzida atenção historiográfica dedicada aos pesqueiros amazônicos e à produção agrícola, especialmente no contexto posterior à Lei de Liberdade Indígena (1755) e à implementação do Diretório dos Índios (1758). A metodologia adotada baseia-se na análise de correspondências administrativas preservadas no Arquivo Público do Pará, articulada ao diálogo com a produção historiográfica sobre o período. Entre os resultados, destaca-se um documento de 1762 que revela a precariedade de uma fortaleza em Santarém e sua dependência de circuitos de abastecimento. Nesse contexto, a farinha de mandioca emerge como elemento central, sendo transportada em canoas e distribuída tanto entre os agentes quanto à população local. Esses dados evidenciam que, para além da pesca, as atividades agrícolas desempenhadas pelos indígenas foram fundamentais para a sustentação logística da região. Conclui-se, assim, que o trabalho indígena, articulando a pesca e a produção de farinha, foi decisivo para o abastecimento e para o funcionamento da dinâmica colonial no Tapajós.

Referência bibliográfica:

NOBRE, Marina Hungria. Para o governo de sal e tainhas e de índios: as salinas e o pesqueiro real no Estado do Maranhão e Pará (1640-1750). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

Territorialidades em disputa: debates ibéricos e os direitos indígenas na América Portuguesa quinhentista

Cristiane Letice da Silva Fonseca – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientador: Carmen Margarida Oliveira Alveal

O trabalho analisa as representações das disputas por territorialidade nos escritos do século XVI e suas implicações nos direitos indígenas à terra na América Portuguesa, articulando esses textos ao debate jurídico ibérico do dominium, a fim de compreender a recepção desta noção pelos agentes estudados. A proposta é relevante por abordar um





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

tema que extrapola o período colonial e se manifesta na atualidade: a manipulação dos direitos indígenas. Trata-se de uma investigação qualitativa baseada em fontes missivas e crônicas de Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim, José de Anchieta, Pero de Magalhães Gândavo e Gabriel Soares de Sousa, na qual foi aplicada a Análise Crítica do Discurso, que concebe o discurso como texto, prática discursiva e prática social. O exame privilegiou elementos do texto, como vocabulário, coesão e estrutura. Os resultados indicam que os agentes integram o debate coevo do domínio, que reconhecia o direito indígena aos bens, mas revelam tentativas de manipulação em prol da conquista. Assim, embora utilizem termos como “possuir” e “senhorear” para se referir ao domínio indígena sobre as terras, os cronistas mobilizam um discurso de deslegitimação das territorialidades indígenas.

6

D

A face do braço forte: perfil dos membros das ordenanças na Capitania do Rio Grande (1786-1804)

Daniel Cerbaro Barbosa – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientadora: Carmen Margarida Oliveira Alveal

Este trabalho busca analisar o perfil social dos membros das Ordenanças na Capitania do Rio Grande no final do século XVIII e começo do XIX. As ordenanças organizavam-se de acordo com o Regimento Geral das Ordenanças, como um efetivo armado não remunerado formado pelo recrutamento obrigatório dos homens entre 18 e 60 anos com o objetivo de defender o território quando fosse necessário. Durante muito tempo, as ordenanças foram a principal força militar da colônia; mesmo não formadas por homens de guerra profissionais, estas que teriam tornado possível a ordem e a administração no território colonial. A análise tem com base nos documentos denominados assentos de praças presentes no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) que registravam a data de entrada do indivíduo naquela companhia, o nome, a idade, a origem, onde morava e a sua posição na hierarquia, entre os anos de 1786 e 1804. Dessa forma, a presente pesquisa almeja realizar um trabalho prosopográfico para desenvolver o entendimento desses grupos em um período ainda pouco aprofundado pela historiografia militar potiguar.

Usos da língua da Nação Kiriri no sertão baiano (séculos XVII e XVIII): história e edição de fontes

Débora Cruz Fonseca – Universidade do Estado da Bahia

Orientador: Pedro Daniel dos Santos Souza





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

7

No cenário de multilinguismo generalizado da América portuguesa, houve, nos primeiros séculos da colonização, a implementação da política das línguas gerais. Considerando a necessidade de comunicação para que se efetivasse o projeto colonial português, catequese e sujeição dos povos e conquista dos territórios, os missionários das Ordens religiosas, sobretudo da Companhia de Jesus, foram os principais agentes históricos responsáveis por aprender e sistematizar as línguas autóctones. Assim, diversos documentos foram produzidos, entre glossários, artes de gramática e catecismos. A par dessas questões e tomando como objeto de estudo o “Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri” (Mamiani, 1698), testemunho documental da emergência e uso de uma língua geral indígena no sertão baiano, entre os séculos XVII e XVIII, o objetivo deste trabalho é apresentar uma edição semidiplomática dessa obra, analisando seu contexto de produção e circulação, bem como os sujeitos históricos envolvidos. Inscrevendo-se nas investigações da História Social da Cultura Escrita, essa pesquisa permite-nos entrever aspectos populacionais e políticos dos aldeamentos, revelando, ainda, as relações de poder existentes entre a Coroa, os religiosos e os povos indígenas aldeados, mediadas pelo escrito, instrumento de conversão e doutrinação. A análise do Catecismo do jesuíta Luís Vincêncio Mamiani, bem como seu contexto de emergência e circulação, revela a importância demográfica dos Kiriri no sertão nordestino e, em particular, no sertão da Bahia, posto que a produção de impressos no período colonial contava com uma série de trâmites que legitimavam, viabilizavam e permitiam sua publicação e circulação, um empreendimento que demandava muitos esforços e gastos.

F

Os parlamentos hispano-mapuche de 1605 a 1617: Luís de Valdivia como intermediário de conexões parciais entre mundos sicionaturais distintos

Fernando Antonio Martins Ribeiro e Gabriel Constantino Pellegrino Biasoli –
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientadora: Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack

Este trabalho analisa o papel do padre jesuíta Luís de Valdivia nas atas dos ciclos de parlamentos hispano-mapuche de 1605 a 1617. Estes se inserem em uma virada tática no processo de colonização, quando a Guerra Ofensiva deu lugar à chamada Guerra Defensiva, pautada na conquista espiritual e na contenção de conflitos armados. São representativas de tal inflexão o fato deste ter produzido a primeira gramática do idioma mapuche, e sua ascensão como figura mediadora. Utilizamos do conceito de cosmopolítica, de Isabelle Stengers para, analisando as mencionadas atas e o confessionalário produzido pelo jesuíta, compreender como se dava sua atuação junto aos mapuche como intermediário de conexões parciais entre mundos sicionaturais distintos.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Referências:

STENGERS, I. “A proposição cosmopolítica”. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 69, p. 442-464, 2018.

VALDIVIA, L. de. Arte, vocabulario y confesionario de la lengua de Chile (1606). Leipzig: Julio Platzmann, 1887.

ZAVALA CEPEDA, J. M.; DÍAZ BLANCO, J. M.; PAYÀS PUIGARNAU, G. Los parlamentos hispano mapuches bajo el reinado de Felipe III: la labor del padre Luis de Valdivia (1605-1617). Estudios Ibero Americanos, v. 40, n. 1, 2014.

8



Os estatutos das irmandades de negros da Bahia do século XVIII

Gabriel José Cerqueira Rocha da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Orientadora: Tânia Maria Pinto de Santana

Introdução e Objetivos:

A pesquisa “Os estatutos das irmandades de negros da Bahia do século XVIII” integra o projeto “O clero secular e as experiências confraternais entre os leigos: disciplinamento social nas irmandades do Atlântico português no século XVIII”, coordenado pela Profª. Dra. Tânia de Santana. Seu objetivo é descrever, analisar e comparar os dados obtidos nos compromissos de irmandades de negros da Bahia do século XVIII. O objetivo geral do projeto envolve o estudo do catolicismo como elemento central da constituição do império português, trazendo um recorte particular centrado nas irmandades de negros que funcionaram em centros políticos e religiosos do império português no Atlântico ao longo do século XVIII. Essa pesquisa busca compreender a dinâmica de funcionamento das irmandades baianas, através da identificação e análise dos seus compromissos. As irmandades de negros baianas foram objeto de estudo de autores como João José Reis e Lucilene Reginaldo. Esta pesquisa buscou ampliar o conhecimento acerca destas irmandades através da análise comparativa dos seus compromissos.

Material e Métodos:

Os compromissos, também conhecidos como estatutos, estabelecem as regras de funcionamento das irmandades, tais como regras para a entrada dos irmãos na instituição, a permissão para a entrada de mulheres, os grupos étnicos presentes (e quais cargos poderiam exercer), data e organização das festas e eleições, os cargos a serem exercidos durante o ano (e suas especificidades), os procedimentos referentes ao falecimento de algum irmão e o seu sufrágio, dentre outros aspectos. Os compromissos pesquisados estão custodiados em arquivos portugueses - Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino. A metodologia utilizada na pesquisa envolve a leitura e transcrição paleográfica destes documentos manuscritos e inserção das informações pesquisadas num banco de dados Excel. As variáveis que compõem o banco de dados remetem as diversas





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

informações contidas nos compromissos que nos permitem conhecer os critérios para admissão de novos confrades, a presença feminina, os custos pessoais, gastos para as integrarem, os critérios para eleição dos membros de suas diretorias, dentre outras informações. A leitura da bibliografia especializada sobre o tema também foi essencial nesse projeto.

Resultados e Discussão:

Os estatutos das irmandades apresentam similaridades entre si, apesar de serem diferentes em sua composição. Pela catalogação realizada até o momento, foi observado que os documentos apresentam semelhanças como cargos da mesa diretora da irmandade, rituais para a eleição e festa da confraria, bem como nos ritos relacionados ao falecimento dos irmãos. No entanto, alguns documentos buscam ser mais específicos em suas descrições, e outros são mais sucintos, variando na extensão e quantidade de informações disponíveis para a identificação. Foram analisados vinte e três compromissos, sendo divididos em trinta variáveis, excetuando as observações destacadas de cada documento. Destes estatutos, treze são de irmandades que funcionaram nas freguesias da atual cidade de Salvador. Os outros dez pertencem a irmandades de outras freguesias, onde hoje se situam Maragogipe, Jaguaripe, Cachoeira, Santo Amaro, entre outras. Os compromissos analisados tinham, em média, quatorze capítulos em seu conteúdo, sendo o menor compromisso com cinco capítulos e o maior com trinta e um capítulos. Cada irmandade, apesar de terem estruturas administrativas similares, apresenta características bem específicas, como a permissão ou proibição de mulheres em sua organização, a reserva de cargos para pessoas de etnias específicas (juizes angolas e/ou procuradores geges, por exemplo), o custo para a entrada e permanência nas irmandades, o que denota que aquela instituição possa ser voltada a um grupo social mais abastado. Além disso, cada compromisso tinha uma caligrafia diferente, fazendo a transcrição ser desafiadora em alguns momentos durante a pesquisa.

Conclusões:

Os compromissos trazem informações que nos remetem a um passado distante, mas com impactos até o presente, mesmo que tenham sido redigidos no século XVIII, e que pertençam a irmandades fundadas no século XVII. Ter a noção de que estes documentos representam uma instituição que, em alguns casos, ainda existe é, de certa maneira, uma forma de manusear a história com as próprias mãos. Além disso, as informações catalogadas podem ser úteis para diversos estudos, não apenas religiosos, mas também econômicos e sociais. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível observar as peculiaridades presentes nos compromissos das irmandades do século XVIII. O modo de operação referente a elas, mesmo que semelhantes entre si, mostra algumas características que, à primeira vista, passam despercebidas. Um exemplo disso, se refere a taxa de entrada dos irmãos, bem como a taxa anual. Nesse tópico se percebe uma discrepância no valor entre as irmandades, e que pode apontar para uma segregação entre elas, pois quanto maior a taxa de entrada/taxa anual, menor a parcela da população que pode adentrar na instituição. Além disso, detalhes como quantidade limitada de irmãos, ou cargos que só podem ser ocupados por etnias específicas demonstram como essas



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

irmandades, apesar de semelhantes em seu funcionamento, apresentam individualidades na sua operação.

Referências:

Schwartz, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. SP: Cia das Letras, 1988, p. 77-94.

Barickman, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 1860. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p. 36-46.

Reginaldo, Lucilene. Irmandades. In: Schwarcz, Lília; Gomes, Flávio (org.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. SP: Cia das Letras, 2018, p. 268-274.

Hidalgo, Javiera Jaque; Valerio, Miguel A. Indigenous and black confraternities in Colonial Latin América: negotiating status through religious practices. Amsterdam: Amsterdam University Press B.V., 2022.

Santana, Tânia. Nossa Senhora do Rosário no Santuário Mariano: irmandades e devoções negras em Salvador e no recôncavo baiano (século XVIII). In: Studia Histórica: História Moderna. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, vol. 38, nº 1, 2016, p. 95-122.

Reginaldo, Lucilene. Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. SP: Alameda, 2011, p. 164-241.

Reis, João José. Irmandades e diversidades étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. In: Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1996, p. 7-33.

Resistência mais que bélica, ontológica: protagonismo indígena e Cosmopolítica no ciclo de parlamentos Hispano-Mapuche de 1593

Gabriel Souto de Aragão – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientadora: Alessandra Gonzales de Carvalho Seixlack

Este trabalho tem por objetivo compreender o papel dos Koyagtun - reuniões de lideranças mapuche em momentos de exceção - no primeiro ciclo (1593) de encontros diplomáticos envolvendo indígena e europeu no início da colonização do atual Chile. Por meio do referencial teórico metodológico proposto por Isabelle Stengers e Federico Navarrete Linares, inseridos nos debates da virada ontológica, buscamos contribuir para uma renovação na Historiografia da Conquista. Mais que uma simples análise factual, o trabalho em apreço busca desvelar outra face do processo: na escala ontológica, apontar algumas das adaptações, pontos de inflexão e diplomacias que emergiram do contexto que colocou frente a frente mundos socionaturais distintos. Conferindo, desta forma, um forte protagonismo ao povo indígena e mostrando que a equiparação entre a força das partes do conflito é possível.

Referências:





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

NAVARRETE LINARES, Federico. Historia mundial y cosmohistoria. In: RIOJAS, Carlos; RINKE, Stefan (orgs.). Historia global: perspectivas y tensiones. Darmstadt: wbg Academic, 2022. p. 39-54.

STENGERS, Isabelle. “A proposição cosmopolítica”. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 69, p. 442-464, 2018.

A Conjuração Baiana entre dois degredos

Gabriella Mendes Camargo – Universidade Federal do Sul da Bahia

11

Orientador: Rodrigo Oliveira Fonseca

Conduzindo 212 condenados ao degredo, a nau portuguesa Santo Antônio do Polifemo sai de Portugal em abril de 1795, chegando em junho em Salvador (Ofício, 1795a). Em novembro, três semanas após zarpar com destino a Goa e Moçambique, é atacada e saqueada pela fragata francesa La Preneuse, comandada por Antoine-René Larcher (Morel, 2024). Na sequência, os degredados promovem um motim com clara inspiração francesa e mantêm o controle do navio por 11 dias. Bastante avariada, a embarcação retorna a Salvador onde é realizada uma devassa (Ofício, 1795b). A prisão desses degredados no Forte de São Pedro acabaria desencadeando um impasse político, até que fossem incorporados ao contingente armado de Salvador (Vilhena, 1969). Esta pesquisa investiga a possibilidade desses sujeitos terem contribuído de alguma forma com a Conjuração Baiana, partindo de uma revisão sobre as práticas de degredo (Coates, 1998; Cunha, 2012), mecanismo utilizado como punição a sete daqueles conjurados. Para tanto, foram compulsadas fontes primárias do Arquivo Histórico Ultramarino, da Torre do Tombo (Lista geral de condenados para o Ultramar, 1796) e sobre o movimento de 1798 (Fundação Pedro Calmon, 2022).

Referências bibliográficas:

OFÍCIO do comandante do navio Santo Antônio Polifemo, Manuel do Nascimento Costa ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Luís Pinto de Sousa] referente às circunstâncias em que fez a sua viagem de Lisboa para a Bahia. Bahia, 19 de junho de 1795. AHU_ACL_CU_005, Cx. 198, D. 14347

OFÍCIO do capitão da fragata Manuel do Nascimento Costa ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Luis Pinto de Sousa] referente ao combate entre o navio português Santo Antônio e Polifemo, e a fragata francesa La Preneuse. Bahia, 18 de dezembro de 1795. AHU_ACL_CU_005, Cx. 199, D. 14424

COATES, Timothy. *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*. 1. ed. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CUNHA, Anabela. Degredo para Angola: sentença de morte lenta. *Locus*, v. 18, n. 2, p. 87-104, 2013.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. *Edição comemorativa: 220 anos da Revolta dos Búzios*. Salvador: EGBA, 2022.

LISTA GERAL DE CONDENADOS PARA O ULTRAMAR. Feitos Findos, Juízo dos Degredados, liv. 11. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, 1791-1795. PT/TT/JD/005/0003

MOREL, Marco. *O dia em que Napoleão quis invadir o Brasil: Os planos secretos que poderiam ter mudado a história do Novo Mundo*. São Paulo: Vestígio, 2024.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, v. 1, 1969.

12

Agência indígena e natureza colonial: saberes e práticas nas vilas do Diretório dos Índios (1755-1798)

Gabrielly Alves Oliveira – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Orientadores: Rafael Rogério Nascimento dos Santos e Regina Celia Correa Batista

Este trabalho trata da legislação intitulada “Diretório do Índios” como um processo histórico complexo, abrange em sua letra determinações no que se refere à configuração social, econômica e política das vilas e lugares do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Contudo, em sua “implementação” nem tudo foi consolidado de acordo com o prescrito. O projeto de pesquisa busca explorar a relação entre o Diretório dos Índios e a integração dos povos indígenas do Vale Amazônico, especialmente no contexto da exploração sistemática do mundo natural na segunda metade do século XVIII, analisando especialmente, a relação entre os conhecimentos indígenas e as produções das vilas e lugares erigidos por aquela legislação.

Analisaremos a documentação presente no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e no Arquivo Público do Estado do Pará a fim de analisar a relação entre a agência indígena e seus conhecimentos com a exploração do mundo natural no século XVIII.

A família escrava na fronteira do cativo

Geovana Nascimento – Universidade de Brasília

Orientador: Tiago Luís Gil

Este trabalho tem como objetivo discutir os limites do escravismo em sociedades do Antigo Regime, tomando o caso do Vale do Paraíba, nas décadas finais do século XVIII e iniciais do século XIX. O caso escolhido nesta história trata de uma família escravizada pertencente à santa Nossa Senhora Aparecida.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

A família não é de posse de um senhor local, tampouco são servos da igreja, embora possam estar envolvidos com o trabalho religioso vez ou outra, como é descrito na “Lista Nominativa”. A excepcionalidade desse estudo está no significado da submissão dessa família a servidão de uma divindade, o que possibilita a discussão sobre as formas e fronteiras do escravismo. Por meio de uma leitura crítica de autores clássicos da historiografia da escravidão como Gilberto Freyre e Caio Prado Jr, em contraste a modelos explicativos recentes, que incorporaram o ponto de vista dos escravizados sobre a escravidão – tais como Hebe Mattos, Silvia Lara e Robert W. Slenes – buscamos também discutir os campos explorados nos debates travados pela historiografia colonial brasileira, bem como a compreensão das relações no sistema escravista e as imagens formadas a partir delas.

13

“Vilas de índios” dos sertões: a ideia de cidade entre a narrativa da civilização e a opressão indígena

Giovana Bezerra Duarte Gomes – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Orientador: Esdras Arraes

Instituídas a partir do Diretório de 1757, as “vilas de índios” eram povoações de caráter teleológico preciso: reunir indígenas para convertê-los à civilização decalcada na cultura europeia. Entretanto, em muitas dessas vilas, a deserção e a violência operaram na vida cotidiana indígena. Obviamente, o desenho e a materialidade dessas povoações contribuíram para a opressão, em vez da civilidade almejada. Nesse aspecto, esse painel tem o objetivo de problematizar o significado de “cidade” aplicado ao contexto dos sertões, como instrumento de imposição de códigos culturais pouco, ou nada, sintonizados à cosmogonia e ao conhecimento indígenas. Para responder a esse desafio, valemo-nos de documentação manuscrita e cartográfica digitalizada e impressa em diferentes jornais científicos, bem como da articulação de diferentes escalas geográficas. O trabalho se fundamenta na história social e nos estudos decoloniais, pois raça e poder são pilares do conceito colonial de vila de índio. Até o momento, obtemos ótimos resultados de pesquisa documental e imagética, que nos fazem repensar não somente o urbano colonial, mas a construção das cidades brasileiras de hoje.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Renata Malcher de. As cidades da Amazônia do século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP Publicações, 1998.

CASTRO, José Liberal de. “Urbanização pombalina no Ceará: a paisagem da vila de Montemor – o – Novo d’América”. In Revista do Instituto do Ceará. Ano CXIII. Fortaleza, 1999.

DEERE, Don Thomas. On the coloniality of space. Durham: Duke University Press, 2025.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil”. In Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz. Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). Lisboa: Ed. Estampa, 1995.

LARA, Fernando Luiz. Spatial theories for the Americas. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2024. LOPES, Fátima Martins. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino do século XVIII. Tese de doutorado. Recife, UFPE, 2005.

MIGNOLO, Walter D. El lado más oscuro del Renacimiento: alfabetización, territorialidade y colonización. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2023.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. Vilas de índios no Ceará grande: dinâmicas locais sob o Diretório pombalino. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, IFCH, Campinas, 2003.

Destinos Abandonados: Distinção Social de Expostos no Vale do Paraíba do Século XVIII
Guilherme de Assis Vasconcelos – Universidade de Brasília

Orientador: Tiago Luis Gil

O presente painel apresenta um projeto de trabalho de Iniciação Científica que propõe acompanhar a vida e agência social de sujeitos adultos categorizados como “expostos” em listas nominativas e fichas de batismo na Vila de Guaratinguetá durante o período de 1765 a 1810. E, por meio da formação de banco de dados e análise das diversas composições familiares e das relações sociais desses sujeitos, compreender como a categoria de “exposto” se relaciona e pode influenciar na maneira como estes estão e são inseridos na comunidade enquanto sujeitos adultos. Dessa maneira, compreendendo a exposição como elemento de distinção social que não diz respeito somente à prática do abandono e as questões que perpassam o que se entende por infância e assistência social, mas também como uma categoria que atravessa a vida do sujeito até mesmo enquanto adulto.

H

Sob o olhar do Santo Ofício: Inquisição na Bahia em sala de aula
Henrique De Freitas Dias – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Orientadora: Grayce Mayre Bonfim Souza

Este trabalho propõe a elaboração de uma cartilha didática sobre a atuação da Inquisição na Bahia colonial, com foco na formação da rede de agentes e nos mecanismos de controle social e religioso. A iniciativa surge da necessidade de aproximar a produção





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

historiográfica do ensino de História, oferecendo aos professores materiais críticos e acessíveis. Para tanto, utiliza-se a transposição didática de estudos sobre o Santo Ofício para uma linguagem visual e reflexiva, fundamentada na análise de fontes e bibliografia especializada. Como produto dessa articulação, definiram-se textos e a estrutura temática da cartilha, enfatizando as visitas e a rede inquisitorial baiana. A proposta busca, contribuir para um ensino de História mais crítico e conectado à pesquisa acadêmica sobre a atuação do Santo Ofício na América portuguesa.

Referências:

BONFIM, D. P. “Não possui fama nem rumores em contrário”: limpeza de sangue e familiares do Santo Ofício (Bahia, 1681-1750). 2014. Dissertação (Mestrado).

BETHENCOURT, F. História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX. 2000.

SOUZA, G. M. B. Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). 2009. Tese (Doutorado).

15



Dinâmicas socioambientais: circuitos fluviais na capitania do Pará no final do século XVIII e início do século XIX

Íris Raquel Machado Paz – Universidade Federal do Pará

Orientadora: Siméia de Nazaré Lopes

Este trabalho apresenta as análises do conjunto bibliográfico que sustentam a pesquisa a qual tem por principal finalidade a investigação de dinâmicas socioambientais a partir dos circuitos fluviais na Amazônia no final do século XVIII e início do século XIX, investigando como os grupos coexistentes nesses rios se relacionavam economicamente entre si e com a natureza. O objetivo central da pesquisa concentra-se em compreender a importância dos rios para o desenvolvimento econômico de diferentes agentes na capitania do Pará e, a partir desses agentes, analisar a construção de redes sociais entre diferentes grupos marginalizados, como indígenas, quilombolas, regatões (designação empregada pelas autoridades aos comerciantes não registrados pelo Fisco) e outros agentes oficiais. A metodologia aplicada ao desenvolvimento do trabalho está nas investigações de ofícios trocados entre autoridades da época e as análises historiográficas acerca do tema. Como conclusões parciais, a partir das fontes mencionadas, podemos apontar a existência de um comércio interno na capitania do Pará que utilizava dos circuitos fluviais para desenvolver suas relações econômicas entre diferentes grupos.

Os negros na Arquidiocese de Braga no século XVIII

Isabelle Alcília Faustino Guedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Orientadora: Tânia Maria Pinto de Santana

A arquidiocese de Braga é uma das mais antigas do Reino de Portugal, sendo grande centro de referência política e religiosa. Trata-se de uma sociedade corporativa, com características do Antigo Regime, marcada por uma intrínseca relação entre Igreja e Estado. Um dos objetivos principais dessa aproximação, foi o disciplinamento social da sua população, em especial daqueles que estavam na base desse corpo social, a exemplo da população negra.

Esta pesquisa possui o objetivo de analisar a vivência negra na Arquidiocese de Braga, no século XVIII, tendo em vista que a historiografia apresenta poucos estudos sobre a presença africana no norte do Reino de Portugal. Através da análise dos testamentos de seis mulheres negras libertas que viveram em diferentes freguesias da cidade de Braga, sede da arquidiocese. O intuito é compreendê-las como integrantes da sociedade bracarense.

Fauna, ciência e poder: O trânsito de animais amazônicos e a construção da História Natural na América portuguesa (1750-1800)

Isadora Silva Lemos – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Orientadores: Rafael Rogério Nascimento dos Santos e Regina Celia Correa Batista

A presente pesquisa analisa o trânsito de espécimes da fauna amazônica enviados à Lisboa na segunda metade do século XVIII. Investiga as práticas de captura, manejo e transporte de animais do Vale Amazônico, buscando compreender o papel exercido por diversos agentes coloniais e a participação fundamental de sujeitos locais, especialmente os povos indígenas. Este trabalho dialoga com os campos de História dos animais, História das Ciências, História Indígena, e procura evidenciar a forte influência que os animais exerceram na história, ao comporem redes de produção de conhecimento que estavam ligadas aos projetos de poder da Coroa portuguesa.

Metodologicamente, a pesquisa se baseia na análise de fontes manuscritas de arquivos como o Arquivo Público do Estado do Pará, o Arquivo Nacional, Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Histórico Ultramarino. Buscamos mapear as rotas de trânsito e as instituições envolvidas no envio e na recepção dos espécimes, além de analisar como os saberes locais foram apropriados, traduzidos ou invisibilizados no processo.

J

Senhora de engenho: atuação feminina na agroindústria açucareira da Bahia no século XIX





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Juliana Morais Bonfim – Universidade Federal da Bahia

Orientadora: Maria de Fátima Novaes Pires

A sociedade colonial, fundamentou as relações internas na qual a figura do senhor de engenho ocupava posição central, concentrando autoridade socioeconômica e exercendo influência direta na vida dos sujeitos que nela estavam inseridos. Às esposas dos proprietários de engenhos cabia um papel no âmbito doméstico, associado aos cuidados do lar. Todavia, com a morte dos maridos algumas viúvas administraram engenhos que ficaram em suas posses. Nesse sentido, no início do século XIX algumas mulheres figuravam entre os mais ricos proprietários do Recôncavo baiano. Essa pesquisa pretende examinar o protagonismo de senhoras de engenho na agroindústria açucareira baiana na primeira metade do século XIX. Dessa forma, as estratégias individuais ou coletivas desenvolvidas para gerir os negócios, driblando uma sociedade patriarcal serão analisadas a partir da experiência de D. Anna Maria de São José e Aragão. Reconstruir sua vivência utilizando a metodologia da história social dará luz as dinâmicas da administração feminina ao dirigir propriedades e negócios, ajudando a entender e problematizar as práticas sociais criadas dentro dos limites estruturais na administração feminina.

17

Referências Bibliográficas:

Antonil, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. São Paulo: Edusp, 2007. (Obra originalmente publicada em 1711.)

Bandeira, Moniz. O feudo: a casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Dória, Francisco Antônio. Os herdeiros do poder. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

Ferlini, Vera Lúcia Amaral. A civilização do açúcar. São Paulo: Brasiliense, 1998.

Freyre, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

Mattoso, Kátia M. de Queirós. Bahia: Conjoncture et société au Brésil à la fin du XVIIIe siècle. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHWARTZ, Stuart B. Patterns of slave holding in the Americas. The Americans, Cambridge, v. 40, n. 4, p. 447–472, abr. 1984.

Schwartz, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Valim, Patrícia. Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Bahia colonial (1750–1808). Salvador: EDUFBA, 2012.

Valim, Patrícia. José Pires de Carvalho e Albuquerque, secretário de Estado e Governo do Brasil: poder, elites e contestação na Bahia de 1798. In: Conferência Internacional de História Econômica; Encontro De Pós-Graduação em História Econômica, VI, 2010, São Paulo. Anais 2010.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Por uma história do território a partir das mulheres: gênero e raça na construção da capitania do Piauí

Janille Valentim de Andrade – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Orientador: Esdras Arraes

A carta endereçada ao governador da capitania por Esperança Garcia, mulher escravizada e moradora da fazenda Algodões da capitania do Piauí, revela, por sua excepcionalidade, dois fatores complementares: i) o lugar do gênero no processo de (re)construção territorial e ii) o agenciamento de mulher escravizada na história e memória da urbanização. As fontes compulsadas frisam, direta e indiretamente, o papel do gênero feminino no significado do urbano do mundo colonial. Assim, o objetivo deste painel é refletir como o território e a paisagem são modelados por mulheres a partir da interseção de raça, gênero, classe, economia e poder. A pesquisa se vale de documentação manuscrita, impressa e cartográfica, entrelaçando-as com diferentes escalas – o corpo-território, o lugar e a capitania – para compor mapas temáticos que lancem luz nas territorialidades femininas do Piauí. O trabalho ainda se fundamenta na história social, nos estudos decoloniais e na interseccionalidade, pois raça, classe, gênero e poder são pilares do conceito colonial de território e paisagem. Por ora, obtemos ótimos resultados de pesquisa documental e imagética, que nos fazem reposicionar a memória de mulheres (negras escravizadas e livres) no agenciamento de sociotopografias do Piauí.

Bibliografia preliminar:

ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 257-298, jan. -abr. 2016.

CHENG, Irene; DAVIS II, Charles L.; WILSON, Mabel O. (ed.). Race and modern architecture: a critical history from the Enlightenment to the present. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2020.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

FALCI, Miridan Britto Knox. Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais, Piauí 1826 1888. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

MOTT, Luiz R. B. Piauí colonial: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. SILVA, Beatriz Nizza da (coord.). Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Produção agrícola e circulação de gêneros no mundo atlântico a partir de O Fazendeiro do Brasil (1798)

Jean Vitor Monteiro Silva – Universidade Federal do Pará

Orientadora: Sidiana da Consolação Ferreira de Mâcedo

Esta pesquisa busca discutir a relação entre produção agrícola e economia colonial no século XVIII a partir da análise de documentos que tratam do cultivo e da circulação de produtos no mundo atlântico. O tema se justifica pela importância que a agricultura teve na organização econômica do Brasil colonial, especialmente no caso de produtos voltados para o comércio externo, como o açúcar. A pesquisa baseia-se na leitura e análise de fontes do período, procurando considerar o contexto em que foram produzidas e o que revelam sobre as práticas agrícolas e as preocupações econômicas da época. Entre os documentos analisados está *O Fazendeiro do Brasil*, de José Mariano da Conceição Velloso, publicado em 1798, além de registros relacionados à circulação de produtos coloniais como açúcar e cacau. A leitura dessas fontes mostra uma preocupação com o aperfeiçoamento das técnicas de cultivo e com o aumento da produtividade das lavouras, entendidos como aspectos importantes para fortalecer o comércio e ampliar a participação da colônia nas redes atlânticas. Dessa forma, os documentos permitem observar como a produção agrícola estava diretamente ligada às dinâmicas comerciais do período e aos interesses econômicos que estruturavam o sistema colonial.

19

Referências bibliográficas:

VELLOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*. Lisboa: Régia Officina Typographica, 1798.

VELLOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil: assucararia e refinaria do açúcar*. Lisboa: Régia Officina Typographica, 1798.

Memória sobre o preço do açúcar e o comércio colonial. Lisboa, séc. XVIII. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias, oferecido ao sereníssimo príncipe do Brasil nosso senhor, e publicado de ordem da Academia real das ciências pelo seu sócio Joze Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho.

Arrêt du Conseil d'État du Roi concernant le commerce des cassonades et du cacao. Versailles. De l'Imprimerie de Frederic Leonard, Imprimeur du Roy.

A urbanização da ribeira do Apodi: complexidade urbana e socioeconômica nos sertões da capitania do Rio Grande (1700-1809)

João Victor Freitas Almeida – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Orientador: Esdras Arraes

A história da urbanização dos sertões da capitania do Rio Grande do Norte acompanhou o curso do rio Apodi. Ali, povoações de diferentes hierarquias – missões, capelas,





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

freguesias e vila - foram implantadas desde 1700, obedecendo a negociações e lógicas operadas pela Coroa portuguesa e outros agentes coloniais. A paisagem da ribeira se alterou com a introdução de currais e fazendas de gado e mediante a extração de sal nas proximidades da foz. Sem esquecer que, além do colono português, povos indígenas e pessoas negras escravizadas complexificavam a sociedade do Apodi. Nesse aspecto, o objetivo desse painel é pensar a urbanização a partir da intersecção entre raça, classe, economia e poder. A pesquisa se vale de documentação manuscrita e cartográfica digitalizada ou impressa em diversas fontes, bem como articula diferentes escalas geográficas - o lugar, a ribeira e a capitania - para a composição de mapas temáticos. O trabalho se fundamenta na história social e nos estudos decoloniais, pois raça e poder são pilares do conceito colonial de povoação e território. Até o momento, obtemos ótimos resultados de pesquisa documental e imagética, que nos fazem repensar a ribeira do Apodi como paisagem central ao entendimento dos sertões.

20

Bibliografia preliminar:

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

DEERE, Don Thomas. On the coloniality of space. Durham: Duke University Press, 2025.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte. 2013. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP, São Paulo, 2013.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomos II, III e V. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938.

LOPES, Fátima Martins. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino do século XVIII. Tese de doutorado. Recife, UFPE, 2005.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Da cidade de Deus à cidade dos homens: secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

Fronteiras em Movimento: Povos Indígenas e o Circuito Mercantil da Poaia nos Sertões do Leste Mineiro (1808-1831)

Jonathan Eduardo de Paula Santos – Universidade do Estado de Minas Gerais

Orientadora: Romilda Oliveira Alves

O presente trabalho analisa a participação indígena no circuito mercantil da poaia (Cephaelis ipecacuanha) nos sertões do leste mineiro, entre 1808 e 1831. Planta nativa da Mata Atlântica, a poaia era historicamente manejada por grupos indígenas devido às suas propriedades terapêuticas contra disenterias, infecções e picadas de animais peçonhentos. Muitos indígenas encontraram nessa economia extrativista possibilidades para negociar autonomia e liberdade de circulação além das fronteiras de Minas Gerais. O recorte temporal inicia-se com a Carta Régia de 13 de maio de 1808, que institucionalizou a





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

"guerra justa" aos índios, estendendo-se até 1831, data de sua revogação. A pesquisa abarca as bacias dos rios Pomba e Doce, áreas de expressiva concentração populacional nativa. Por meios das abordagens metodológicas da Nova História Indígena, a pesquisa analisa legislações indigenistas, requerimentos, relatos de viajantes e correspondências da Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios. Por fim, o estudo busca compreender as redes sociais e as estratégias de agência estabelecidas pelos povos indígenas em meio à intensificação do projeto colonizador nos sertões mineiros.

21

Os negros e o clero católico de Angola no século XVIII

Josiane Florentino – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Orientadora: Tânia Maria Pinto de Santana

Um conjunto de fontes históricas muito utilizadas pelos historiadores que pesquisam sobre o período em que o Reino de Portugal permaneceu cristianizando e colonizando territórios do continente africano são as correspondências trocadas entre os Mani Kongos (Reis do Congo) com governadores de Angola e a Coroa Portuguesa. Mas, outra fonte, igualmente importante, porém, pouco explorada, são os arrolamentos de confessados produzidos pelos párocos responsáveis pela propagação da fé cristã nas freguesias da região, datados de 1704, conhecidos como Rol de confessados – listas nominativas das pessoas que se confessavam durante a quaresma, exigidos pelas autoridades eclesiásticas desde o Concílio de Trento, realizado no século XVI. A despeito de seu caráter religioso, o Rol de confessados assemelha-se aos censos demográficos atuais. O Rol de confessados pesquisado traz informações sobre o Reino de Angola, enquanto Estado-Colônia do reino português e está depositado na Biblioteca Pública de Évora, em Portugal. De igual importância é o Relatório de visita ad Sacra Limina da diocese de Angola remetido à Sagrada Congregação do Concílio pelo bispo D. Frei Manuel de Santa Inês, datado de 1750, depositado no Arquivo Apostólico do Vaticano. Esta fonte histórica foi transcrita e traduzida, do latim para o português, pelo professor Dr. António Guimarães Pinto. Durante essa pesquisa realizou-se a leitura e transcrição paleográfica parcial do Rol de Confessados, de 1704. Buscou-se realizar, de forma crítica e minuciosa, através do cruzamento das informações contidas na ad Sacra Limina e no Rol de Confessados, um estudo sobre o papel do clero católico secular português, incluindo bispos e párocos, na catequização e no disciplinamento social dos africanos na região de Angola durante o século XVIII, e investigar as narrativas, relações e os efeitos da ação da clerezia portuguesa no funcionamento hierárquico e sociocultural em Angola durante esse período de cristianização. A transcrição da documentação só foi possível graças a leituras bibliográficas sobre o tema, assim como ao aprofundamento na prática da paleografia. Múltiplas informações foram encontradas nessas fontes, desde as descrições da arquitetura das igrejas e presídios (fortificações) localizados nos territórios de jurisdição paroquial, o número de escravizados de cada proprietário, a presença de mulheres com posses de escravizados, informações sobre o estado civil dos moradores das freguesias, a presença mínima – ao menos por escrito – de crianças nas listas, pessoas com cargos eclesiásticos que possuíam escravizados, quantidade de fogos. É uma pesquisa relevante





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

por trabalhar com manuscritos eclesiásticos de 1704, que possuem uma gama de informações pouco investigadas sobre as relações de poder e as implicações da aliança estratégica entre o Império Português e a Igreja Católica no continente africano, com ênfase no discurso e na influência da Igreja em Angola, enquanto colônia de Portugal, no século XVIII.

Índios e mamelucos na herética pravidade: notas sobre a Primeira Visitação inquisitorial à Bahia

Julia Carminate Torres – Universidade do Estado da Bahia

22

Orientadora: Tamires Santos Pereira

O trabalho discute a atuação da Inquisição Portuguesa na Bahia. A questão norteadora é a problemática das relações entre o Santo Ofício e as práticas de “gentilidades”, analisadas a partir dos registros da primeira visitação inquisitorial à Bahia em fins do Quinhentos. O objetivo é perceber de que modo a Inquisição categorizava práticas culturais indígenas como “heresias”. Destacam-se, nesse contexto, as interpretações da Santidade de Jaguaripe quase como um sabá de bruxas tropical e os profundos processos de circularidade cultural que marcaram as relações entre índios e brancos. A metodologia é a Pesquisa Documental associada à revisão de literatura, especialmente as considerações de Ginzburg sobre o método indiciário. Concluímos preliminarmente que as diferenças no que se refere às visões de mundo são responsáveis por forçar aproximações que permitem a associação dos elementos indígenas às categorias cristãs - o que se percebe, por exemplo, na tipificação de carabas como “feiticeiros”. As principais referências são Vainfas (1995, 2020); Mott (2010), Souza (1993), Resende (2019) e Cardoso (2015).

Referências:

CARDOSO, Jamille Oliveira Santos Bastos. **Ecos de liberdade: a Santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã**. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2015.

MOTT, Luiz. **Bahia: Inquisição e sociedade**. Salvador: Edufba, 2010.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. “Da ignorância e rusticidade”: os indígenas e a Inquisição na América Portuguesa (séculos XVI-XIX) *In*: DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de; CARDIM, Pedro (orgs.) **Os indígenas e as justiças no mundo Ibero-Americano (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Atlântica, 2019.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: demonologia e colonização (séculos XVI - XVIII)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. Índios, hereges e rebeldes. *In*: FIGUEIREDO, Luciano. **História do Brasil para ocupados**. São Paulo: LeYa Brasil, 2020, p. 302-207.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

As ações do padre Domingos da Silva Xavier no Cuieté (Minas Gerais, 1771-1775)

Julia Savini Novaes – Universidade Estadual Paulista

Orientador: André Figueiredo Rodrigues

A pesquisa analisa a atuação missionária do padre Domingos da Silva Xavier nos sertões do Cuieté, na capitania de Minas Gerais, entre 1771 e 1775, investigando como suas ações se articularam aos processos de expansão territorial e de integração das áreas periféricas ao sistema econômico e político colonial. O projeto discute o papel da Coroa e da Igreja católica no processo de colonização e disciplinamento social do leste mineiro, com atenção às relações estabelecidas com os Botocudos e aos mecanismos de controle do território e das populações locais. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa, fundamentada na história social, com revisão bibliográfica e análise de fontes primárias da Fundação Biblioteca Nacional e do Arquivo Público Mineiro. Argumenta-se que a ocupação do Cuieté articulou exploração econômica, catequese e estratégia de domínio sobre as populações indígenas, revelando a atuação conjunta das autoridades civis e religiosas na consolidação da ordem colonial.

Referências:

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, José Araújo de. A conquista do Cuieté. Vitória, ES: Causa, 2018.

Entre a caridade e o dever: uma história social das redes de assistência à pobreza no Vale do Paraíba (1780-1820)

Juliane Barros Lima – Universidade de Brasília

Orientador: Tiago Luís Gil

Este estudo investiga a categoria social da pobreza a partir das redes de assistência horizontais que a envolvem, com o objetivo de compreender como essas dinâmicas contribuíram para a construção de um sentido de comunidade no Brasil Colonial, sobretudo entre famílias dependentes de esmola. O tema tem sido negligenciado na historiografia, haja vista que os poucos trabalhos existentes, como Nívea Oliveira (2006), datam majoritariamente dos anos 2000. Adotou-se uma abordagem da história social, tendo como corpus documental os Maços Populacionais, batismos e testamentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo. O recorte é o Vale do Paraíba (Capitania de São Paulo) entre 1790 e 1820. Para a análise, sistematizou-se um banco de dados com informações sobre famílias pobres da região, com aprofundamento qualitativo nos casos mais descritivos. Os resultados apontam que a pobreza se configurava como uma condição momentânea de vulnerabilidade, e não como um segmento social fixo. As





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

estratégias de sobrevivência ultrapassavam as relações verticais – de benfeitores abastados ou Irmandades – e ocorriam especialmente no auxílio mútuo entre os sujeitos assim classificados e suas famílias.

K

Os Bandos do Governo-Geral do Estado do Brasil: poder e políticas da diferença na Bahia Colonial (1678-1717)

Kaline Jeovana Lopes Souza e Julia Gabriella Regis Souza – Universidade Federal do Vale do São Francisco

24

Orientador: Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo

O presente painel visa apresentar os resultados do projeto PIBIC Bandos do Governo Geral do Estado do Brasil (1678-1717). Bandos são disposições normativas promulgadas pelos Governadores e Vice-Reis como uma forma de organizar a sociedade e eram lançados nos lugares públicos das cidades e vilas ao toque de caixas. A pesquisa buscou transcrever e analisar criticamente dois livros de registros de bandos atualmente preservados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a partir de uma perspectiva sistemática, privilegiando o conteúdo e uma abordagem estatística dos principais assuntos, espaços de difusão, grupos sociais afetados e penalidades impostas. Os 454 bandos contidos nos livros foram sistematizados numa base de dados informática. A partir das análises foi possível compreender que estes bandos eram essenciais para a formulação de políticas da diferença na Bahia Colonial, sobretudo no que se refere às desigualdades de uma sociedade escravista, abordando uma grande diversidade temática para além da esfera militar, que se apresenta em casos extraordinários, como os que eram voltados para a organização das frotas, do comércio e de questões sanitárias.

Referências:

BURBANK, Jane, COOPER, Frederick. Empires in world history: power and politics of difference. Princeton: Princeton University Press, 2010.

XAVIER, Ângela B., SILVA, Ana Cristina N. da (Orgs.). O governo dos outros: poder e diferença no império português. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

O homem e a natureza: concepções socioambientais nas narrativas jesuíticas das Capitanias do Norte no século XVIII

Kellyane Linhares de Araújo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientadora: Maria Emília Monteiro Porto





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Sob um recorte espacial, das Capitanias do Norte, e um temporal, século XVIII, este trabalho tem como objetivo analisar as concepções de homem e natureza e identificar a percepção dos impactos socioambientais decorrentes da colonização por meio das documentações da presença missionária. A justificativa deste trabalho fundamenta-se na ampliação do debate historiográfico e na relevância de compreender como se estruturavam as relações humanas com o mundo físico, no contexto da dominação portuguesa, por um prisma das narrativas jesuíticas, as quais se constituem como um conjunto documental privilegiado para esse estudo. Tendo essas considerações, investiga-se: de que maneira a concepção de mundo e natureza aparece nas descrições missionárias nas Capitanias do norte no século XVIII? A dominação do espaço considerou algum tipo de consciência ambiental? Do ponto de vista teórico-metodológico a pesquisa dialoga, à exemplo, com as contribuições de Robert Lenoble (2002) e as seleções de cartas, relatos ou documentos administrativos. Portanto, espera-se que as análises das narrativas evidenciem não apenas práticas de domínio, mas também a interpretação do mundo natural.

25

Referência:

LENOBLE, Robert. História da Ideia de Natureza. Tradução Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 2002.

O filho de um padre pode ser escravo? Construção de genealogias mestiças e o padre Thomaz Pereira de Araújo, Freguesia do Acari, Ribeira do Acauã (1835-1889)

Kelven Eduardo Dantas Messias – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientador: Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Resumo:

Objetiva analisar a constituição de genealogias mestiças na Freguesia do Acari, no século XIX, a partir da família sacrílega formada pelo Padre Thomaz Pereira de Araújo (1809-1893) e sua “escrava” Antonia Maria da Conceição. A pesquisa tem como foco os três filhos do casal: Manoel Maria de Santa Anna (1849), Maria Ignácia da Guia (1852) e Anna Maria da Guia (1857). O intento central é investigar as estratégias senhoriais e eclesiásticas utilizadas pelo clérigo para livrar sua prole do cativo e inseri-la no seio da elite local. Metodologicamente, a investigação realizou o cruzamento de fontes paroquiais e cartoriais, especificamente os assentos de batismo da paróquia e uma Escritura Pública de Perfilhação (1869), ambos de Acari, aliado à análise da rede de compadrio. O cenário delineado sugere que o Padre Thomaz instrumentalizou o registro de batismo e as relações de parentesco espiritual para promover a inserção de sua prole ilegítima no seio da elite local, encobrindo o estigma do cativo materno e garantindo acesso à herança e proteção patrimonial a sua descendência mestiça no sertão da Província do Rio Grande do Norte, contornando simultaneamente as proibições canônicas e as amarras do sistema escravista.

Referências:





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

ARANTES NETO, Antonio Augusto. A sagrada família: uma análise estrutural do compadrio. Cadernos do Instituto de filosofia e ciências humanas, Campinas, Unicamp, v. 5, p. 7-38, 1975.

ARANTES, Antônio A. Pais, padrinhos e o Espírito Santo: um reestudo do compadrio. In: ARANTES NETO, Antonio Augusto et. al. (orgs.). Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, v. 1, p. 195-206.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. Varia Historia, Belo Horizonte, n. 31, p. 21-40, jan. 2004.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-275.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: A micro história e outros ensaios. Tradução de Antônio Narino. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-178.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Práticas de nomeação de pessoas “negras” nos Sertões do Seridó: primeiras aproximações. In: OLIVEIRA, Antônio José de (Org.). História dos Sertões: Sociedades Coloniais. Aracaju, SE; Caicó-RN: Criação Editora; Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023, p. 57-71.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006, p. 49-77.

MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil, século XIX. 3. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. Vastas e ermas: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX). 2022. 279 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Velhas famílias do Seridó. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS, Bianor. Paróquia de Acari: 150 anos. Natal: Fundação José Augusto; Prefeitura Municipal de Acari, 1985.

MEDEIROS, Rômulo Estânrely Souza de. Acari: nos tempos do Sítio Bom Descanso. Natal: Offset, 2023.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

NOLASCO, Edriana Aparecida. Sob o signo da “fragilidade humana” – em nome dos padres e filhos: famílias de clérigos em Minas Gerais (século XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 31, p. 41-68, jan. 2004.

SILVA, Gian Carlo de Melo. Alguns caminhos para entender a "família" no período colonial. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; GARCÍA, Rafael M. Pérez (orgs.). *De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, [s.d.]. p. 123-137.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira: O ‘parentesco espiritual’ como elemento de coesão social. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 31, p. 97-119, jan. 2004.

SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

L

A presença dos capuchinhos italianos nas missões do rio São Francisco na primeira metade do século XVIII

Larissa Miranda de Oliveira – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Orientador: Fabricio Lyrio Santos

A colonização dos sertões do rio São Francisco foi marcada por disputas territoriais envolvendo diferentes agentes coloniais, como missionários, sesmeiros e indígenas. O estudo fundamenta-se nas dinâmicas estabelecidas ao longo das missões do rio São Francisco, administradas pelos capuchinhos italianos, inseridas nos territórios das capitanias da Bahia e de Pernambuco na primeira metade do século XVIII. A partir de uma pesquisa iniciada no PIBIC, com o foco na atuação missionária nas terras de Garcia d’Ávila Pereira, a presente pesquisa busca expandir para a capitania de Pernambuco, servindo de contraponto à da Bahia. O corpus documental advém do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) Projeto Resgate. A metodologia ancora-se na História Cultural e na abordagem da micro-história de Carlo Ginzburg. O estudo em andamento volta-se para o





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

discurso mobilizado por missionários, sesmeiros e autoridades coloniais, entendendo-os como representações que expressam disputas políticas, religiosas e territoriais no interior da sociedade colonial. Diante disso, a pesquisa propõe também uma revisão historiográfica sobre a atuação capuchinha nessas capitanias, dialogando com os estudos já existentes.

Referências:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GABRIELLI, Cassiana Maria Mingotti. Capuchinhos Bretões no Estado do Brasil: estratégias políticas e missionárias (1642-1702). 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GALINDO, Marcos. O governo das almas. A expansão colonial no país dos Tapuias (1651-1798). São Paulo: Hucitec, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. 2ª ed. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POMPA, Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. 1ª ed. Bauru, SP: EDUSC, 2003. REGNI, Pietro Vittorino. Os capuchinhos na Bahia. Uma contribuição para a História da Igreja no Brasil. 1ª Edição 1988.

ROCHA, Vanessa Anelise Figueiredo da. Missões Franciscanas como ferramenta da conquista dos sertões de Pernambuco (1659-1763). Dissertação (Mestrado em História). Natal UFRN, 2016.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Rios e fronteiras: conquista e ocupação do sertão baiano. São Paulo: EDUSP, 2017.

WILLEKE, Venâncio, frei O.F.M. Missões franciscanas no Brasil (1500/1975). Petrópolis: Vozes, 1974.

A corrupção é hereditária: os abusos de poder pela família Melo e Albuquerque na capitania do Rio Grande (1738-1742)

Larissa Paula Sena de Araújo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientadora: Carmen Margarida de Oliveira Alveal

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os abusos de poder dentro da capitania do Rio Grande, especificamente os desvios de propina e de abonação do pagamento de impostos pelos membros da família Melo e Albuquerque na primeira metade do século XVIII. Além disso, é objetivo entender como a influência da referida família afetou o cotidiano, a realidade e a administração do Rio Grande. A pesquisa justifica-se pela necessidade de entender como o conceito moderno de “atos de corrupção” apresentava-





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

se durante o Brasil colonial bem como os negócios de família abriram espaço para as práticas de má conduta, favorecidas por apadrinhamentos políticos. Para tanto, foram analisadas cartas e registros presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, referentes à capitania do Rio Grande, que revelam a impunidade perante as malfeitorias dos membros desta família durante os anos de 1738 à 1742, em que estes eram apoiados por oficiais da Coroa.

Produção e reprodução nos sertões baianos (séc. XVIII): trabalho e ações de mulheres proprietárias no processo de colonização

Letícia Souza Cruz Pereira – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

29

Orientador: Marcos Profeta Ribeiro

A presente pesquisa, fruto de Iniciação Científica (UESB/FAPESB), busca discutir o trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres proprietárias na colonização dos sertões baianos no séc. XVIII, contribuindo para visibilizar o trabalho feminino, muitas vezes negligenciado nas abordagens historiográficas sobre o processo de adentramento rumo aos sertões brasileiros. A pesquisa se utiliza de inventários post mortem do século XVIII, período de estruturação das primeiras fazendas de gado, sob guarda do Arquivo Municipal de Rio de Contas (AMRC), nos quais as mulheres aparecem como inventariantes dos maridos. Esses documentos, ricos em informações referentes aos bens amealhados e riqueza acumulada pelas famílias, evidenciam as ações de mulheres ainda antes da morte dos maridos (Ribeiro, 2019, p. 226). A transcrição e análise dessas fontes, cotejados com bibliografias seminais acerca do período colonial brasileiro, aliam-se à Teoria da Reprodução Social, utilizada nesta pesquisa como ferramenta teórica para o entendimento do cotidiano do trabalho feminino nas frentes de povoamento, visto como produtor e reprodutor de riquezas no contexto da expansão colonial. A visibilização do trabalho das mulheres apresenta-se, portanto, como fundamental para a compreensão da totalidade histórica do processo da colonização brasileira.

Referências:

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Outubro Revista, 23, p. 35-58, jan. 2015.

BHATTACHARYA, T. Teoria da reprodução social: remapear a classe, centralizar a opressão. Tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. Os sertões baianos no império ultramarino português. In: O sertão e o Império: as vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. 423 fls. p. 38-96.

COSENTINO, Francisco Carlos. Construindo o Estado do Brasil: instituições, poderes locais e poderes centrais. In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fatima. O Brasil





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

colonial 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 3v. (O Brasil Colonial) ISBN: 9788520009444.

CUNHA, Mafalda Soares da. A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625). In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fatima. O Brasil colonial 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 3v. (O Brasil Colonial) ISBN: 9788520009444.

FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. Teias de negócio: conexões mercantis entre as minas do ouro e a Bahia, durante o século XVIII. In: FRAGOSO, João et alli (orgs.). Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES; IICT, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Índios e Mamalucos. In: Caminhos e Fronteiras. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 19-54. MATHIAS, C. L. K. O Espaço Econômico do Ouro Retrato pelas Escrituras de Procuração Bastante – Minas Gerais na Primeira Metade do Século XVIII. Anos 90: Revista do Programa de Pós Graduação em História, v. 18, n. 33, p. 165–190, 2025.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. Os sertões baianos no império ultramarino português. In: O sertão e o Império: as vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. 423 fls. p. 38-96.

COSENTINO, Francisco Carlos. Construindo o Estado do Brasil: instituições, poderes locais e poderes centrais. In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fatima. O Brasil colonial 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 3v. (O Brasil Colonial) ISBN: 9788520009444.

CUNHA, Mafalda Soares da. A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625). In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fatima. O Brasil colonial 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 3v. (O Brasil Colonial) ISBN: 9788520009444.

FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. Teias de negócio: conexões mercantis entre as minas do ouro e a Bahia, durante o século XVIII. In: FRAGOSO, João et alli (orgs.). Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES; IICT, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Índios e Mamalucos. In: Caminhos e Fronteiras. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 19-54. MATHIAS, C. L. K. O Espaço Econômico do Ouro Retrato pelas Escrituras de Procuração Bastante – Minas Gerais na Primeira Metade do Século XVIII. Anos 90: Revista do Programa de Pós Graduação em História, v. 18, n. 33, p. 165-190, 2025.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: Brasil em Perspectiva. São Paulo: DIFEL, 1969, p. 47-62.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Editora Brasiliense, 6ª edição, 1935.

RIBEIRO, Marcos Profeta. Mulheres sertanistas: transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838). 2019. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 17-32.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. Língua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. 2014. Tese (Doutorado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-06012015-184410. Acesso em: 2023-10 23. Introdução.

SANTOS, P. H. D. Os inventários como fonte para estudo da vida social. In: VI Semana da Consciência Negra e III Seminário das Comunidades Quilombolas do Território Velho Chico Diversidade étnico-racial, educação e quilombo: olhares que se cruzam, 2015, Bom Jesus da Lapa: UNEB/DCHT XVII, 2015. v. 1.

31

Os discursos da Inquisição e a construção das mulheres bruxas no imaginário colonial (1591-1620)

Letícia Steffany de Jesus Santos – Universidade Federal do Vale do São Francisco

Orientador: Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo

Este painel apresenta resultados preliminares de um TCC que analisa a construção do arquétipo da mulher feiticeira no imaginário colonial. Busca-se compreender como discursos religiosos e sociais associaram o feminino ao profano na América portuguesa. A partir de denúncias registradas perante o Santo Ofício na Bahia, examina-se como as mulheres foram representadas nos processos inquisitoriais e como as práticas atribuídas a elas foram consideradas profanas pela moralidade católica. A pesquisa adota uma abordagem sistemática, pautada em análise qualitativa, bibliográfica e documental. Como resultado, espera-se identificar padrões nas acusações, esboçar um perfil social das denunciadas, e evidenciar como essas narrativas reforçam mecanismos de controle moral, religioso e de gênero na sociedade colonial.

Referências básicas:

REIS, M. V. Mulheres de seus corpos e de suas crenças: relações de gênero, práticas mágico-religiosas e Inquisição no mundo português (1541–1595). 2023. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

VAINFAS, R. Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

A praça mercantil do Recife e o comércio de escravizados africanos (1759-1779)

Lidianne Cordeiro da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Orientador: George Felix Cabral de Souza

O presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar os comerciantes do Recife envolvidos no comércio de escravizados africanos entre 1759 e 1779. Justifica-se pela relevância de compreender a formação e atuação das elites mercantis coloniais. A metodologia baseia-se na prosopografia, articulando o estudo coletivo das trajetórias dos agentes mercantis ao cruzamento de dados provenientes de fontes documentais diversas e da plataforma Slave Voyages. Busca-se caracterizar os níveis de participação no tráfico atlântico. Como resultados, a pesquisa já identificou 168 comerciantes atuantes no período, dos quais 15 apresentaram envolvimento direto no tráfico de africanos escravizados. Conclui-se que a análise dessas trajetórias contribui para o aprofundamento do debate sobre as elites mercantis coloniais.

Referências:

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SOUZA, G. F. C. de. Tratos & Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c.1654 – c.1759). 2ª edição. Série Ars Historica. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2020.

As viúvas do Vale do Paraíba: Fiandeiras, costureiras, tecelãs e suas relações sociais

Lohanna Linhares de Medeiros – Universidade de Brasília

Orientador: Tiago Luís Gil

Este estudo situa-se no campo da historiografia das mulheres e da história social, adequando-se à categoria e tema da viuvez feminina no contexto do Antigo Regime. Com o objetivo de compreender como a viuvez feminina afetava fiandeiras, costuras, tecelãs e seus lares como provedoras e investigar como as produções de subsistência relacionadas ao algodão, realizadas pelas viúvas, impactaram essa sociedade. A pesquisa, então, se justifica ao entender o papel das mulheres nesse espaço, sendo capaz de compreender o impacto e a influência na estrutura em que estão inseridas, o que traz mais possibilidades e experiências sobre a viuvez feminina a serem investigadas. O estudo teve como base a análise das Listas Nominativas de Guaratinguetá dos anos de 1780 a 1820, construída juntamente a um banco de dados com informações de viúvas como chefes de domicílio e suas mudanças estruturais ao longo desse período, utilizando-se de métodos quantitativos com uma análise qualitativa. A análise destes arranjos produtivos demonstrara que a



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

viuvez poderia ser um espaço de relativa autonomia e gestão da agência feminina, que era estruturada em um sistema de desigualdade de corpos.

Medidas pela honra: mecanismos de controle do comportamento feminino na capitania do Rio Grande no século XVIII

Louise Peixoto Nobre – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientador: Carmen Margarida Oliveira Alveal

Artifícios que restringiam onde e como as mulheres podiam existir foram importantes para limitar suas ações. A religião e as normas serviram como mecanismos legitimadores do controle sobre o sexo feminino, aplicando penalidades sociais e jurídicas em caso de descumprimento. A investigação dessas formas avalia o papel da imagem e da reputação feminina como ferramenta ou empecilho em questões de sobrevivência e qualidade de vida na capitania do Rio Grande setecentista, a fim de destrinchar costumes e concepções da sociedade que atuaram como limitadores do comportamento feminino. A metodologia baseia-se no exame das Ordenações Filipinas (1603), das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) e de denúncias de solicitações do século XVIII localizadas no acervo digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Esses serão analisados na tentativa de compreender como esses elementos moderaram o comportamento feminino e o tratamento que lhes era dado. Como resultados iniciais, percebe-se que dispositivos jurídicos e religiosos contribuíram para estabelecer parâmetros de honra e reputação que regulavam a conduta das mulheres.

Movimentações contrarrevolucionárias de um diplomata português: o caso do abade Correa da Serra e a Revolução Pernambucana de 1817

Lucas Matheus Virginio Alves – Universidade Católica de Pernambuco

Orientador: Flávio José Gomes Cabral

Por ocasião que a notícia da Revolução de 1817 chegou aos Estados Unidos da América, o embaixador do Reino Unido português, o abade Correa da Serra, ao ser cientificado das ocorrências pernambucanas, tomou toda precaução para evitar que as novidades se espalhassem, porque, segundo ajuizava, os estadunidenses eram concordes com os movimentos revolucionários sul-americanos. Além de tentar impedir que a imprensa não divulgasse as novas, ele usou de todo prestígio para evitar que Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá), ministro da jovem república pernambucana, recentemente chegado no país, entrasse em contato com o governo a fim de conseguir o reconhecimento da independência da República de Pernambuco e que acordos importantes fossem formalizados. O abade era um homem ilustrado, componente de várias instituições culturais europeias e americanas e amigo de pessoas influentes como o ex-presidente Thomas Jefferson. Cabugá, a pedido do governo que representava, tinha conhecimento



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

da influência do abade; por isso, tomou toda precaução para evitar desinteligências que atrapalhassem sua missão.

Objetivo:

Estudar as tentativas do abade Correa da Serra, embaixador do Reino Unido português nos Estados Unidos da América, para evitar que a missão de Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá), embaixador do governo pernambucano de 1817, lograsse sucesso, evitando que a revolução fosse reconhecida.

Justificativa:

A pesquisa busca estudar a Revolução de 1817 através da análise de várias correspondências traçadas entre as autoridades do Reino Unido português e alguns diplomatas acreditados no citado reino e como esses homens e os chefes de Estados dos países que representavam observam a revolução e o andamento dos seus interesses no Brasil.

Metodologia:

Durante a pesquisa, estão sendo procedidas leituras bibliográficas, traduções de cartas e elaboração de resumos para facilitar a confecção de relatórios e de artigos.

Referências:

BARMAN, Roderick. Brazil: The forging of a nation, 1798-1852. California: Stanford University Press, 1989.

BOURDON, Léon. José Corrêa da Serra: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington (1816- 1820). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian: Centro Cultural Português, 1975.

CABRAL, Flavio José Gomes. “Highly important! Revolution in Brazil”: a divulgação da república de Pernambuco de 1817 nos Estados Unidos. Clio, v. 33, n.1, p.1-22, 2015.

MELLO, Evaldo Cabral de. A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824: São Paulo: Ed. 34, 2004.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho de Mello. A Revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

Sudeste Asiático português: mapas, negociações e limites

Luís Afonso Toassi Rasia e Lúcia Ribeiro Mirandola – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Fábio Kühn





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

O presente trabalho busca analisar a conquista e a manutenção dos territórios ultramarinos do Império português no Sudeste da Ásia (atuais Malásia e Indonésia), vislumbrando sua formação inicial e impactos na América portuguesa. A relação entre os domínios portugueses na Ásia e na América foi fundamental para a construção das dinâmicas coloniais e representava um grande interesse político e econômico para a metrópole. O recorte temporal parte do Tratado de Saragoça (1529), que delimitou as áreas ao leste do Tratado de Tordesilhas, até o Tratado de Haia (1661), que resultou na devolução de Pernambuco em troca das Molucas por meio de negociações com os Países Baixos. Produções historiográficas do período colonial e atuais foram mobilizadas para este estudo, assim como a consulta aos tratados, mapas e relatos. A atuação de cartógrafos foi essencial para a delimitação de limites territoriais, retratando a importância dos mapas como fontes representativas do prestígio imperial e de interesses mercantis. Pretende-se, assim, entender a dimensão conectada dos territórios ultramarinos portugueses, assim como as formas de dominação e administração diretas e indiretas ao redor do globo.

35

Referências:

FRADE, Florbela Veiga. A Presença Portuguesa nas Ilhas de Maluco, 1511-1605. 1999. Dissertação (mestrado em História) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A Construção do Brasil no Pensamento Europeu dos Séculos XVI, XVII e XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 7–24, 2012.

GARCIA, José Manuel. Documentos existentes em Portugal sobre Fernão de Magalhães e as suas viagens. *Abriu: estudos de textualidade do Brasil, Galicia e Portugal*, Barcelona, n. 8, p. 15–33, 2019.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins*, [s. l.], n. 5, 2009. Disponível: <https://doi.org/10.4000/confins.5724>. Acesso em: 5 mar. 2026.

HESPAÑA, António Manuel. Filhos da terra: identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa. 1. ed. Lisboa: Tinta da China, 2019.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar; AVELAR, Ana Paula Menino (org.). Fernão de Magalhães e o conhecimento dos oceanos: XVI Simpósio de história marítima, 19 a 21 novembro de 2019. Lisboa: Academia de Marinha, 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Medieval Prelude. The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 2011.

O Santo Ofício e a perseguição aos professores na era das revoluções: uma análise do processo de João Mendes Sanches Salgueiro (1788-1792)

Luís Fernando de Souza Silva – Universidade Federal do Vale do São Francisco

Orientador: Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

A partir do caso de João Sanches Mendes Salgueiro, professor de retórica na Comarca das Alagoas denunciado ao Santo Ofício no final do século XVIII, este painel apresenta resultados preliminares de um TCC que analisa como a Inquisição perseguiu professores durante a Era das Revoluções. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, com base no processo inquisitorial de Salgueiro, hoje depositado no Arquivo Nacional Torre do Tombo. Os resultados parciais indicam que a ação inquisitorial sobre professores se dirigiu ao combate das inclinações e ideias consideradas desviantes da ortodoxia, incluindo temas como a influência de autores franceses e acusações anticlericalistas, revelando a docência como espaço de circulação e difusão de ideias potencialmente revolucionárias.

36

Referências:

SOUZA, Laura de Mello (org.); NOVAIS, Fernando (coord.) História da Vida Privada no Brasil. Vol.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. História da Inquisição Portuguesa (1536-1821). Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

VILALTA, Luiz Carlos. 1789-1808: O império luso-brasileiro e os brasis. Virando séculos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

M

Da escravização ao estereótipo da preguiça: a exploração indígena na Bahia entre os séculos XVI e XIX

Marcos Vinicius Malaquias Magris – Universidade do Estado da Bahia

Orientadora: Liliane Maria Fernandes Cordeiro Gomes

O presente trabalho tem como objetivo discutir a exploração da mão de obra indígena na Bahia no período colonial e imperial, problematizando o discurso historiográfico que a definiu como prática transitória. O estudo justifica-se na necessidade de compreender o papel estrutural da escravidão indígena na formação social baiana e brasileira. Como aparato metodológico utilizou-se de uma revisão bibliográfica baseada em autores como Barros (2021); Cancela (2024); Paraíso (1994); Souza (2007). A exploração indígena foi sustentada por dispositivos legais e práticas como a guerra justa, os aldeamentos e a administração por particulares no período colonial, além do trabalho compulsório por meio da soldada e da servidão por dívida no período imperial que foram estratégias que permitiram a continuidade do controle e da exploração da mão de obra indígena mesmo diante de restrições legais. Percebe-se então que a escravidão indígena não foi residual, mas um elemento estruturante da sociedade baiana, cujo apagamento historiográfico contribuiu para a construção de estereótipos e para a invisibilização da agência e resistência dos povos indígenas.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Referências:

BARROS, Rafael Santos. Índios escravizados na Bahia setecentista: apenas uma questão de terminologia. Especiaria - Caderno de Ciências Humanas.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. O trabalho dos índios numa “terra muito destituída de escravos”: políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). História (São Paulo) v.33, n.2, p. 514-539, São Paulo, 2014.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. “Viver privados quase de sua liberdade”: trabalho compulsório e a luta por uma cidadania indígena (Bahia, 1822-1836) In: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro (Org.) História Indígena na Bahia: políticas, trajetórias, memórias e identidade. Sagga Editora e Comunicação, Salvador, 2024.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. Revista de História, São Paulo, n. 12º-I31, p. 179-208, São Paulo, 1994.

SOUZA, Telma Mirian Moreira De. Entre a cruz e o trabalho: a exploração da mão-de-obra indígena no Sul da Bahia (1845-1875). Dissertação de Mestrado - PPHS, UFBA, 2007. Orientadora: Maria Hilda Baqueiro Paraíso.

A argumentação moral da defesa da liberdade indígena e a legitimação da escravidão africana nas correspondências epistolar da Companhia de Jesus na América Portuguesa (séculos XVI-XVII)

Maria Eduarda Cândida da Costa – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Orientador: Jeannie da Silva Menezes

Esta pesquisa investiga a construção de argumentos jurídicos e teológicos na América Moderna, especialmente as atribuições desempenhadas pela Companhia de Jesus. O objetivo central é identificar os elementos da retórica empregada nas correspondências epistolar de padres como Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Miguel Garcia e entre outros inacianos que atuaram na América Portuguesa entre os séculos XVI e XVII, nas quais se discutia e, em certos casos, buscava-se construir argumentos para legitimar a escravização de africanos e a defesa da liberdade dos povos indígenas. A partir da análise desses escritos, busca-se caracterizar e sistematizar as noções de justiça elaboradas por esses agentes no contexto colonial. Para tanto, considera-se a sólida formação retórica dos jesuítas, moldada por manuais como o *De arte rhetorica libri tres* (1562), do padre espanhol Cipriano Soares, que associava a eloquência a uma função cívica e moral, preparando os missionários para atuarem como persuasores e mediadores entre a tradição europeia e as realidades americanas. Sendo assim, ao sistematizar e analisar tais noções aplicadas a casos reais, esta pesquisa pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre a existência e o funcionamento de uma cultura judicial católica em interlocução com o Novo Mundo, ancorada numa perspectiva da justiça como





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

instrumento promotor da paz social e da ordenação das consciências em um território marcado pela diversidade cultural e pela incerteza normativa.

Objetivo geral:

Investigar o emprego da retórica e teologia moral na argumentação de padres jesuítas que atuaram na América Portuguesa nos séculos XVI e XVII.

Objetivos específicos:

Sistematizar e analisar os argumentos morais empregados nas retóricas canonizadas pelos Jesuítas; Selecionar os temas da escravização na correspondência epistolar dos jesuítas que atuaram na América Portuguesa; Levantar e investigar os casos concretos e a argumentação aplicada aos casos.

Justificativa:

Como influenciadores da consciência moral no mundo ocidental cristão, os teólogos jesuítas contribuíram decisivamente para a formação da cultura jurídica moderna, mobilizando argumentos que repercutiram no pensamento de juristas e na prática de magistrados, conforme assinala Rafael Ruiz. Portanto, investigamos o papel de teólogos que, operando como verdadeiros juristas no Novo Mundo, formularam soluções casuísticas para as problemáticas emergentes do contato colonial, soluções estas que articulavam tradição teológica, direito natural e as circunstâncias concretas da experiência americana.

Diante das crises do mundo moderno, o probabilismo foi uma reação cultural a mudanças, uma tentativa de manusear o sistema diante da sobrecarga de informações e incertezas. Stafania Tutino em sua obra “uncertainty in post-reformation catholicism: a history of probabilism”, define o probabilismo como um sistema que permite ao agente moral seguir uma opinião provável, mesmo que a opinião oposta seja mais provável. Distinguindo-se do tutorismo, obrigação de seguir o caminho mais seguro, e do probabílorismo, só é lícito seguir uma opinião provável se ela for a mais provável. Os missionários na América foram expostos a uma realidade nova, na qual, diversidades culturais, novas sistematizações sociais e diferentes práticas religiosas, geram um cenário de permanente incerteza normativa, exigindo respostas que articularam a tradição escolástica às exigências concretas da experiência colonial. Logo, o probabilismo fornece um método para lidar com essa incerteza, diante de opiniões conflitantes sobre a legitimidade da escravidão ou da liberdade de determinados grupos, o agente moral podia seguir uma opinião provável.

A hipótese primordial e orientadora para esta pesquisa é a dualidade moral argumentativa dos padres jesuítas, sendo, a defesa da liberdade dos indígenas versus a aceitação, e em certos casos a legitimação, da escravidão africana, não podendo ser explicada apenas por fatores econômicos ou por mera conveniência política. Para isso, se fez fundamental a compreensão da formação intelectual desses agentes, considerando principalmente o papel central da retórica clássica no currículo de formação da Companhia de Jesus. Os jesuítas foram profundamente influenciados pela tradição retórica estabelecida por





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Aristóteles, Cícero e Quintiliano. A concepção da retórica como instrumento de persuasão para o bem e para a ordenação das consciências é fundamental para analisar as correspondências epistolar jesuítica, visto que não apenas relatavam fatos, mas elaboravam argumentos cuidadosamente construídos para convencer seus interlocutores na Europa sobre a justiça de suas posições, fosse na defesa da liberdade dos indígenas ou na legitimação da escravidão africana.

Metodologia:

A pesquisa se detém na perspectiva de uma história cultural e política sobre a promoção da justiça no Mundo Ibérico através da chave interpretativa da teologia moral. Para tanto, se deterá no levantamento e na sistematização do pensamento de teólogos morais que influenciaram o pensamento judicial e repercutiram nos “casos americanos”. Na primeira etapa, será realizado um levantamento da correspondência epistolar de jesuítas. Em seguida, identificaremos e analisaremos os temas relacionados às práticas da escravidão, considerando o probabilismo e a teologia moral como categorias orientadoras da cosmovisão sobre o direito e a justiça. Em uma segunda etapa, serão levantados e analisados um conjunto de casos concretos que geraram debates sobre a escravização no Novo Mundo. Neste momento, analisaremos as práticas buscando a fundamentação que alicerçava a construção do justo e que permeia a cosmovisão ibérica proposta e reconfigurada no Novo Mundo.

Resultados obtidos:

Levando em consideração que a pesquisa está em fase de levantamento e análise historiográfica, os resultados são inteiramente referentes a argumentação moral da Companhia de Jesus acerca da defesa da liberdade dos indígenas e a legitimação da escravidão africana na América Portuguesa. A análise e sistematização bibliográfica possibilitou constatar as principais interpretações canonizadas pela historiografia, as controvérsias ainda em debate e as lacunas que a análise direta das fontes primárias epistolares poderá vir a preencher.

Considerações finais:

A presente pesquisa, fundamentada na produção historiográfica, investiga a construção dos argumentos morais, jurídicos e teológicos desenvolvidos pelos padres da Companhia de Jesus na América Portuguesa entre os séculos XVI e XVII, levando em consideração que suas atuações estavam distantes de uma homogênea. Enquanto a historiografia canonizou as imagens dos jesuítas como defensores/educadores dos indígenas, os questionamentos mais recentes revelam os limites dessa defesa. Paralelamente, a pesquisa identificou tensões e contradições internas, como as vozes discordantes de padres como Miguel García e Gonçalo Leite, que denunciaram a escravização ilegítima tanto de indígenas quanto de africanos e foram silenciadas pela Ordem. Diante disso, os resultados obtidos não representam um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida, a análise direta das correspondências epistolares de Nóbrega, Anchieta, Vieira e dos dissidentes poderá, no futuro, revelar com maior precisão as estratégias retóricas e as nuances argumentativas enraizadas.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Referências:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FERNÁNDEZ, Eduardo; ORTUÑO ARREGUI, Manuel. De arte rhetorica libri tres de Cipriano Suárez. Algunos aspectos significativos en el desarrollo de la Retórica en el siglo XVI. Revista Española de Retórica, [s. l.], n. 2, p. 1-13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25115/reret.vi2.10193>

MARTINS, Armando Senra; TEIXEIRA, Cláudia; AMADO, Casimiro. Os manuais de retórica entre os séculos xvi e xviii: apontamentos para um itinerário a partir do espólio da BPE. Boletim de Estudos Clássicos, [S. l.], n. 60, p. 121–130, 2015. DOI: 10.14195/2183-7260_60_9. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/bec/article/view/60_9. Acesso em: 13 mar. 2026.

RUIZ, Rafael. O sal da consciência: probabilismo e justiça no mundo ibérico. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência "Raimundo Lúlio" (Ramon Llull), 2015.

TUTINO, Stefania. Uncertainty in post-reformation Catholicism: a history of probabilism. New York: Oxford University Press, 2018.

Hierarquias e lógicas dos ofícios: o trabalho dos oficiais mecânicos na Fortaleza dos Santos Reis na capitania do Rio Grande (1672-1706)

Maria Luiza Gutierrez dos Santos – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientadora: Carmen Margarida Oliveira Alveal

A pesquisa examina a organização do trabalho dos oficiais mecânicos na Fortaleza dos Santos Reis (1672–1706) em Natal, capitania do Rio Grande, com o objetivo de compreender as hierarquias profissionais naquela localidade. O estudo do trabalho desse grupo social justifica-se pela importância das obras públicas para a manutenção da defesa colonial e pelo papel desses agentes na vida social do período, frequentemente permeada por distinções e desqualificações relacionadas ao trabalho manual, o defeito mecânico. A metodologia apoia-se na interpretação de registros administrativos, em especial documentos do almoxarifado da Fazenda Real. Foram analisados 49 registros de pagamento pelas obras da Fortaleza dos Santos Reis entre os anos de 1672 e 1706, visando identificar agentes, atribuições e formas de remuneração. A investigação inicial aponta para diferenciações entre mestres e oficiais, além da correlação entre exigências militares e a mobilização da força de trabalho, incluindo trabalhadores indígenas. Aponta-se, portanto, que o ofício mecânico era articulado conforme uma lógica hierárquica, condicionada pela administração colonial e demandas da coroa.

Amor é fogo que arde e se vê: visão religiosa sobre as relações de sodomia entre mulheres no período da Visita inquisitorial no Brasil





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Mariana Campos Oliveira – Universidade Estadual da Bahia

Orientador: José Igor Trabuco da Silva

Este trabalho, parte de uma pesquisa em andamento no Curso de Licenciatura em História que tem como pergunta norteadora: como as relações de sodomia entre mulheres foram identificadas e julgadas pelo tribunal do Santo Ofício durante as visitas inquisitoriais no Brasil, e de que modo esses discursos e práticas influenciam as representações e percepções sobre a homoafetividade feminina na contemporaneidade? O objetivo é analisar as relações de sodomia entre mulheres no período das visitas inquisitoriais no Brasil colonial, a partir da atuação do Santo Ofício, buscando compreender os mecanismos de repressão, os discursos religiosos e as permanências e rupturas em relação à moral sexual no contexto contemporâneo. A metodologia é qualitativa, baseada em análise bibliográfica, com destaque para a obra *A Coisa Obscura* de Lígia Bellini (2009). Os resultados parciais apontam para uma moralidade inquisitorial ainda viva nos discursos religiosos atuais. Recuperar essas memórias é um gesto de resistência.

41

Referências:

BELLINI, Lígia. **A coisa obscura: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil colonial**. Salvador: EDUFBA, 2014.

CARVALHO, Adriano da Silva. **O pecado de Sodoma: conexões, incidentes e o lugar da ideologia na interpretação de Gn 18,20 e 19,5**. Pesquisas em Teologia, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 128-146, jul. 2022. DOI: 10.46859/PUCRio.Acad.PqTeo.2595-9409.2022v5n9p128.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2020.

MESQUITA, José Carlos. **Inquisição, pecado e desvio: práticas sexuais heterodoxas na América portuguesa**. São Paulo: Intermeios, 2018.

PEREIRA, Rita Costa Gomes. **Apresentação: Notas sobre a Inquisição Portuguesa: história e historiografia**. Cadernos do Arquivo Municipal, Lisboa, n. 19, 1.ª série, p. 8-22, 2021. Disponível em: <https://arquivo.cm-lisboa.pt>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TEIXEIRA, Faustino; FERREIRA, Renata Menezes. **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **A problemática das mentalidades e a inquisição no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

“Vazios” na paisagem: Adros conventuais franciscanos como espaços de conexões, trocas e tensionamentos

Matheus Henrique Correia de Vasconcelos Batista – Universidade Federal de Alagoas

Orientadora: Maria Angélica da Silva

Distribuídos ao longo de 28 localidades no Brasil, estão as casas franciscanas edificadas entre os séculos XVI e XVIII. Investigadas pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (FAU/UFAL) há mais de 20 anos, o trabalho do bolsista fixou-se em um espaço fundamental destes conventos: o adro. Situado à frente do frontispício das igrejas, marcado pela presença de um cruzeiro, em geral em pedra, permitiam que os conventos garantissem um cone de perspectiva que possibilitava a apreciação da sua imponente visão frontal. Nele se realizavam procissões, sermões e atividades profanas, como festas e feiras.

Estes adros foram naturalmente sofrendo alterações ao longo do tempo, perdendo parte de suas áreas e mesclando seus usos com outras funções urbanas. Este estudo se valeu da excepcional possibilidade de visita a 24 casas, situadas do estado da Paraíba a São Paulo, o resultado foi um compilado de inúmeros usos, apropriações e intervenções realizadas pelas gestões públicas, mas também pela população.

Tensionado entre o sagrado e o profano, os adros se mostraram espaços complexos e mutáveis preservando, contudo, o papel de se constituírem um “vazio” pleno de significado para o edifício seráfico.

Clausura e escravidão na Capitania Real da Paraíba: fazendas beneditinas e trabalho cativo (séculos XVII-XVIII)

Matheus de Luccas Silva da Cunha – Universidade Federal da Paraíba

Orientadora: Carla Mary S. Oliveira

Se examina a inserção dos escravizados na consolidação do Mosteiro de S. Bento na Capitania da Paraíba entre os sécs. XVII e XVIII e o papel estrutural desse trabalho na reprodução material e institucional dos beneditinos, a partir da discussão de sua atuação para além do espiritual, mostrando sua integração à economia açucareira e ao regime escravista colonial. Se articula a análise documental do Livro do Tombo e da Chronica do mosteiro ao diálogo com Schwartz e Costa. O estudo indica que o mosteiro mobilizou escravizados em propriedades e contribuiu para a organização do espaço urbano e rural local. Se conclui que os beneditinos se articularam à lógica colonial, tendo na exploração escravista um fundamento de sua permanência e poder.

Família, posse e escravidão: organização socioeconômica em Belém a partir do Mapa de Famílias de 1778





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Maycom Cristyan Leal de Araujo – Universidade Federal do Pará

Orientador: Antonio Otaviano Vieira Junior

O presente painel analisa a relação entre famílias e a posse de escravizados na Amazônia com base no Mapa de Famílias do Grão-Pará e Rio Negro de 1778, buscando compreender como a escravidão se inseria na organização socioeconômica em Belém entre diferentes unidades familiares, além de discutir a relação entre o tamanho dos plantéis e as possibilidades econômicas. Belém destacou-se como centro comercial, com alta demanda por mão de obra cativa (ARAUJO, 1998). Nesse contexto, investigar a posse de escravizados no âmbito familiar permite compreender as especificidades da escravidão na cidade do Pará. A análise de dados familiares revela que a escravidão ultrapassava o campo econômico, estruturando formas de organização cotidiana (BEZERRA NETO, 2001). A pesquisa adota abordagem quantitativa e qualitativa, examinando dados sobre proprietários nas freguesias da Sé e Sant'Anna. Foram identificados 508 donos de escravizados, cerca de 38% da população. Os resultados indicam que a posse de cativos atuava como elemento de distinção socioeconômica e que a escravidão estava amplamente disseminada, estruturando relações sociais e hierarquias locais (MESQUITA, 2026).

Referências:

ARAÚJO, R. As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão.

2ª edição. Lisboa: Porto: Faculdade de Arquitectura do Porto, 1998.

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra no Grão-Pará: séculos XVII-XIX.

Belém: Paka-Tatu, 2001.

MESQUITA, Flavia Drielle Aguiar. Gênero, raça e pobreza na Amazônia colonial: uma análise demográfica dos cabeças de família em Belém (1778). 2026. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2026.

Entre rebeldia intelectual e rebeldia política: Hermógenes e as acusações de libertinagem

Maysa Costa de Oliveira – Universidade Federal do Sul da Bahia

Orientador: Rodrigo Oliveira Fonseca

A partir da investigação de uma denúncia dirigida ao Tribunal do Santo Ofício contra Hermógenes de Aguiar Pantoja, buscamos dimensionar o papel da crítica ao fanatismo e à opressão religiosa no programa da Conjuração Baiana de 1798. Nesta apresentação, o foco é a denúncia, em processo de transcrição paleográfica, e a identificação de padrões





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

acusatórios pelo cotejamento com denúncias sofridas por outros conjurados. Essa abordagem mostra como imputações morais eram usadas para neutralizar opositores e reafirmar a autoridade clerical em pautas “de costumes” que tocam direitos constitucionais. Baseamo-nos em revisão bibliográfica, pesquisa de arquivo, leitura paleográfica, análise documental crítica e contextualização histórico-discursiva. Já identificamos padrões recorrentes nas acusações, como a “libertinagem” dirigida aos “rústicos povos”. Concluimos que tais imputações se inserem numa crise mais ampla do Antigo Regime católico, dialogando com estudos de Villalta (2000), Carvalho (2022), Nunes (2019), Santos (2022) e outros.

44

Referências:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Autos da devassa da conspiração dos alfaiates (ADCA). 2 volumes. Salvador: Secretaria da Cultura

e Turismo, Arquivo Público do Estado, 1998.

CARMO, Maiara Alves do. *Rerum Novus Nascitur Ordo: a trajetória de Francisco Agostinho Gomes (1769-1842)*. Orientadora: Ana Paula Medicci. 2018. Dissertação (mestrado em História) -Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CARVALHO, Daniel Gomes de. *Revolução Francesa*. São Paulo: Contexto, 2022.

EDIÇÃO Comemorativa 220 Anos da Revolta dos Búzios. Fundação Pedro Calmon; Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador: Egba, 2022.

PT/TT/TSO-IL/028/CX1600/15061. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 15061. Carta de denúncia contra Francisco Agostinho Gomes. Lisboa, 1806. 2 folhas. Disponível em:

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/f303e3c1f4454cd7b4411252dd962d8d> Acesso em: 10 mar. 2026.

PT/TT/TSO-IL/028/CX1576/13541. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13541. Denúncia contra o tenente Hermogenes e outros 1797–1798. 10 folhas. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/c7701e2c85474b68b72c74367211e7aa>. Acesso em: 03 mai. 2026.

NUNES, Rossana Agostinho. *O cotidiano da libertinagem: discursos e práticas sobre a religião no mundo luso-brasileiro no final do século XVIII*. Orientadora: Maria Lúcia Bastos Pereira das Neves. Coorientador: Guilherme Pereira das Neves. 2017. Tese (doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Libânia da Silva. “Huma obra ímpia e sediciosa”: análise de autoria mecânica e edição semidiplomática de documento apreendido no contexto da Conjuração Baiana. Orientadora: Alícia Duhá Lose. 2022. Dissertação (mestrado em Língua e Cultura). Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

VILLALTA, Luiz Carlos. 1789-1808: O império luso-brasileiro e os brasis. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Engenhos e seus fogos: composição domiciliar em uma região açucareira. Freguesia de São Pedro do Rio Fundo, Bahia (1788)

Mel Ramos Serizawa Wingrove – Universidade Federal do Rio de Janeiro

45

Orientador: João Luís Ribeiro Fragoso

O trabalho analisa a composição das unidades domésticas da Freguesia de São Pedro do Rio Fundo, Bahia, 1788. Objetiva-se investigar o perfil dos chefes e padrões de composição dos fogos em uma região açucareira marcada por uma rede de engenhos, espaços que, além de centrais para a economia de exportação, revelam-se núcleos de sociabilidades. A análise se dá a partir de uma lista nominativa para a região. Apesar de o açúcar ser um tema largamente explorado, a lista possibilita novas abordagens no Recôncavo. Metodologicamente, utilizam-se técnicas da micro-história. O levantamento inicial revela domicílios majoritariamente chefiados por brancos, e expressivo número de agregados mestiços. A análise destaca os engenhos enquanto unidades de reprodução social e política, com laços de clientela e dependência típicos do Antigo Regime, permitindo compreender hierarquias no interior da Monarquia Portuguesa.

Referências:

FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João. Monarquia pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime dos trópicos (séculos XVI-XVIII). In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HESPANHA, António Manuel. Imbecilias: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

Expectativas econômicas e o mito do El Dorado na fronteira amazônica: uma análise comparada entre os escritos de Francisco Xavier Ribeiro Sampaio e Manuel Centurión

Micael Xavier Iwamoto – Universidade Federal do Pará

46

Orientador: Carlos Augusto de Castro Bastos

A pesquisa tem como objetivo analisar comparativamente os escritos de Manuel Centurión, governador da província de Guayana (capitania geral da Venezuela) e Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, ouvidor da capitania do Rio Negro, produzidos sob administração colonial na fronteira amazônica luso-hispânica na década de 1770. Justifica-se pela relevância de compreender como agentes coloniais distintos formularam expectativas econômicas sobre territórios limítrofes em disputa. Metodologicamente, realiza-se a análise comparada das fontes, articulada à historiografia sobre expansão ibérica e fronteiras coloniais. Os resultados indicam que ambos os agentes convergem na compreensão da fronteira como espaço estratégico, voltado à defesa, legitimação da posse territorial e à exploração econômica, mas divergem quanto à natureza dessas expectativas: na documentação castelhana, a busca pela laguna Parime, associada ao mito do El Dorado, aparece como justificativa recorrente, enquanto que para Sampaio tal expectativa é refutada. Conclui-se que essa diferença expressa distintas formas de mobilização discursiva dos interesses econômicos no contexto colonial.

Referências:

AMODIO, Emanuele. El Dorado ilustrado: las expediciones españolas al Parime. 1995.

FERNANDES, Luiz Estevam de O.; FLECK, Eliane Cristina D. A conquista da América como uma história emaranhada. 2017.

SANTOS, Francisco Jorge dos. Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa. 2012.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. As viagens do Ouvidor Sampaio. 1985.

CENTURIÓN, Manuel. Matrículas de la Provincia de Guayana. 1766-1772.

“Ninguém mais do que eu zela os acertos do serviço de Sua Alteza...”: o Forte do Brum, a Bahia e Pernambuco entre conflitos de jurisdição (1667-1670)

Miguel Adelino Cabral Neto – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Orientador: Bruno Romero Ferreira Miranda





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Este estudo pretende, ao analisar os conflitos de jurisdição em torno da reconstrução do Forte do Brum no post bellum de Pernambuco, problematizar as complexas relações entre os agentes régios e as instituições coloniais em um contexto de reconfiguração administrativa das Capitanias do Norte. Propõe-se discutir, a partir de documentação do Conselho Ultramarino e de correspondências administrativas, os episódios de embates entre os agentes locais e metropolitanos em torno da reedificação da fortificação, evidenciando tensões relativas aos limites jurisdicionais, à gestão dos recursos e à condução das obras. Desse modo, entende-se que esses episódios de conflitos revelam dinâmicas mais amplas de governabilidade no ultramar, nas quais interesses locais e metropolitanos se entrecruzam e se tensionam ao longo do século XVII.

47

Referências:

ACIOLI, V. L. C. Jurisdição e conflito: aspectos da administração colonial. 1ª Ed. Recife: Ed. Universitária - UFPE/ Ed. UFAL, 1997.

MIRANDA, B. R. F. Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégias da política de defesa portuguesa (O caso da Capitania de Pernambuco/1654 – 1701) Dissertação (Mestrado em História) - Recife: CFCH/UFPE, 2006.

Patrimônio Colonial e Transformações Urbanas: A Arquitetura das Moradias em Santarém e Belém no Século XIX

Moisés Thierry dos Santos Fróes – Universidade Federal do Oeste do Pará

Orientadora: Vanice Siqueira de Melo

A proposta de comunicação visa apresentar a arquitetura colonial e as transformações urbanas nas cidades de Santarém e Belém, com foco nas formas de morar. O estudo busca compreender como as moradias coloniais refletiram as dinâmicas sociais, econômicas e culturais da época, e como as intervenções urbanísticas impactaram as características arquitetônicas e a memória local.

A pesquisa é justificada pela escassez de estudos aprofundados sobre a arquitetura colonial na Amazônia, especialmente em Santarém, e pela crescente preocupação com a preservação do patrimônio histórico na região. Ao explorar as moradias coloniais e as transformações que essas casas sofreram ao longo do tempo. A pesquisa é feita a partir análise de fontes primárias, como relatos de viagem de Spix e Martius, e estudos acadêmicos sobre patrimônio e arquitetura. Os resultados obtidos até o momento indicam que as moradias coloniais em Santarém e Belém eram marcadas por uma forte divisão social e funcional, com destaque para a organização do espaço doméstico e a preservação de aspectos originais nas construções. Além disso, foi observado que as transformações urbanas influenciaram significativamente a evolução dessas moradias, gerando alterações na estrutura e pressões externas para sua preservação.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

N

As Mulheres nos Bandos dos Governadores: produção normativa e construção de políticas de gênero na América (séculos XVII-XVIII)

Naiara Conceição da Cruz e Rayssa Beatriz de Santana Silva – Universidade Federal do Vale do São Francisco

48

Orientador: Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo

Este painel aborda o papel dos governadores e vice-reis na formulação de repertórios normativos de regulação das relações de gênero, analisando como as estas questões são tratadas nos Bandos localmente promulgados por estas autoridades. Bandos são disposições normativas que visam comunicar uma ordem ou proibição à sociedade através de uma proclamação pública acompanhada do rufar de caixas, com penas impostas aos transgressores. Se foram originalmente utilizados em Portugal para tratar de assuntos de guerra e disciplina militar, no império, acabaram por abranger temáticas mais diversificadas, dentre as quais inclui-se a regulação de comportamentos e atitudes femininas em diversos contextos. Metodologicamente, o painel explora alguns dados coletados pelo projeto PIBIC Bandos do Governo Geral do Estado do Brasil (1678-1717), para a Bahia comparando-os com os de outras capitanias como Pernambuco, Minas e Goiás. Como resultados, identifica-se que os bandos foram usados para regular várias questões da vida feminina, como a forma de circulação nos espaços públicos, as vestimentas, as atividades econômicas, a prostituição e até o casamento.

Referências:

XAVIER, Ângela B., SILVA, Ana Cristina N. da (Orgs.). O governo dos outros: poder e diferença no império português. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. Donas e plebeias na sociedade colonial. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

Entre Benevolência e Dominação: O Controle dos Corpos Femininos Indígenas no Grão-Pará (1769)

Nayara Emiliano de Sena – Universidade Federal do Pará

Orientadora: Anna Maria Alves Linhares

A pesquisa analisa um ofício de 1762, da vila de Ourém (Grão-Pará), no qual colonos solicitam a aquisição de uma mulher indígena para atuar como ama de leite. Busca-se compreender como essa prática se articulava ao controle dos corpos femininos indígenas, às relações de poder coloniais e à construção de discursos de aparente benevolência, frequentemente legitimados pela religião. De caráter histórico-documental e abordagem





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

qualitativa, o estudo baseia-se em fontes primárias do Arquivo Público do Pará, especialmente ofícios que registram tais solicitações. Os resultados preliminares indicam que essas mulheres eram tratadas como passíveis de aquisição, em arranjos próximos a um “aluguel” de seus corpos, evidenciando processos de desumanização e objetificação. Os documentos também revelam a construção de narrativas que apresentavam essa prática como benéfica, ao prometer educação e integração, ocultando relações de exploração e dominação. Assim, a pesquisa contribui para o debate sobre gênero, colonialidade e controle dos corpos femininos indígenas no período colonial.

49

P

José Xavier Machado Monteiro e a “civilização dos índios” na Ouvidoria de Porto Seguro (século XVIII): edição de cartas e ofícios

Paula Yasmin Coelho Santos e Pedro Daniel dos Santos Souza – Universidade do Estado da Bahia

Orientador: Pedro Daniel dos Santos Souza

A pesquisa toma como ponto de partida a instalação e consolidação da Ouvidoria de Porto Seguro, conduzida por José Xavier Machado Monteiro, na segunda metade do século XVIII. Durante sua administração, registram-se informações mais sistematizadas sobre a implementação do Diretório dos Índios e, especialmente, de sua política linguística nesse território colonial. Nesse trabalho, apresentam-se as edições semidiplomáticas de cartas e ofícios enviados pelo Ouvidor às instâncias administrativas do Império português entre 1769 e 1780, a fim de discutir seu papel na execução do projeto de “civilização” das populações indígenas, caracterizado por uma política linguística para os povos indígenas que previa o ensino obrigatório da língua portuguesa e a abertura de escolas para meninos e meninas indígenas nas vilas recém-criadas, como instrumento de integração forçada ao modelo cultural luso. Fundamentando-se no método indiciário (Ginzburg, [1986] 2014) e inserindo-se no quadro teórico da História Social da Cultura Escrita em articulação à História Social Linguística do Brasil (Mattos e Silva, 1998), a investigação orienta-se pela relação entre processos de ocupação territorial, de transformações demográfico-linguísticas e de manutenção ou perda das línguas, assim como pela reconstituição histórica dos percursos da escolarização e da difusão da escrita no Brasil, com destaque para a atuação e as experiências dos povos indígenas na Bahia setecentista. A análise das fontes documentais demonstra que, na segunda metade do século XVIII, a atuação de José Xavier Machado Monteiro foi significativa na almejada civilização dos povos indígenas, inclusive quanto ao domínio das práticas de ler e escrever, no âmbito da política indigenista da Coroa portuguesa expressa no Diretório dos Índios, podendo ser considerado, assim, um dos principais agentes civilizadores do período. Palavras-chave: Diretório dos Índios; vilas pombalinas; políticas linguísticas; línguas indígenas; Ouvidoria de Porto Seguro.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Escravidão, poderes e realeza: um documento sobre disputas entre negros Jejes em Sergipe (1809)

Pedro Gabriel Almeida Silva – Universidade Federal de Sergipe

Orientadora: Edna Maria Matos Antônio

A pesquisa tem como base a análise de uma documentação referente aos escravizados na capitania de Sergipe e suas relações sociais em que a fonte aponta para a possibilidade de abordar a disseminação e persistência de costumes de comunidades negras escravizadas de elegerem seus reis. Propõe-se analisar e debater realidades e vivências, principalmente dos escravizados que sustentavam o trabalho da colônia e a continuidade de seus rituais. Busca-se contribuir para enriquecimento da produção historiográfica sobre a escravidão na capitania de Sergipe pela perspectiva da história vista de baixo. A metodologia adotada para esta pesquisa consiste em análise das fontes consultadas, de caráter qualitativo, embasada nas obras referenciadas, tendo como suporte teórico os pressupostos de análise como Michel Foucault (1970), e da História Social da escravidão.

50

Alianças e circulação senhorial na Nova Holanda (Rio Grande & Siará – 1600-1670)

Pedro Henrique Calazans Fernandes de Paiva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientadora: Carmen Margarida Oliveira Alveal

A presente proposta objetiva apresentar dados relativos à circulação de pessoas e valores entre a capitania do Rio Grande e a do Siará-Grande e as redes desta, derivadas entre 1600 e 1670, com especial foco no período de ocupação neerlandesa. Foram utilizados vários arquivos europeus, sobretudo neerlandeses (ANTT, ARSI, AGATHA, EUROPEANA, AGS-AGI, NL-HaNA, por exemplo), a fim de satisfazer seu principal objetivo. Intenta-se, ainda, a apresentação das redes identificadas e elaboradas, entre luso brasileiros e teuto-neerlandeses. Observou-se que, nas décadas subsequentes à saída dos batavos (1654) houve petições de mercês dos ex-moradores do Rio Grande (Lostau Navarro e Rodrigues Pimentel, por exemplo) nas fronteiras do Siará-Grande; e petições de pagamentos de dívidas de ex-soldados da WIC em Haia e Amsterdã. Esta proposta segue na investigação da formação de alianças e na territorialização dos grupos dominantes na capitania do Rio Grande e na do Siará. O estudo foca na dinâmica periferia-fronteira e nas sociabilidades entre luso-brasileiros e teuto-neerlandeses, destacando suas diversificações econômicas e seu compromisso mútuo na governança local.

Referências:

AUTO de repartição das terras da capitania do Rio Grande de 1614. Separata de: MORAIS, Ana Lunara da Silva et. al. (org.). Coleção Sesmarias do Brasil: capitania do Rio Grande (do Norte), 1600-1831. Porto: Editora Cravo, 2023. p. 47-80.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

LUCIANI, Fernanda Trindade. *Munícipes e escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e cultura do norte do Brasil*. 4.ed. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2001.

NAVARRO, Luize Stoeterau. *A first approach to the Law and Institutions of Dutch Brazil (1630-1654)*. Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series, Frankfurt am Main, v. 2019, n. 16, p. 1-13, 2019.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. *A periferia. Separata de: A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 299-351.

VINGBOONS, Johannes. *Capitania de Rio Grande*. In: *Grote Atlas van de West-Indische Compagnie, deel I*. Biblioteca Apostólica Vaticana, Reg.lat.2106, ca.1645. fl. 47r. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Reg.lat.2106/. Acesso em: 20 jul. 2025.

XAVIER, Lúcia Furquim Werneck. *Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630-1654)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Leiden, Leiden, 2018.

WIESEBRON, Marianne L. (ed.). *O Brasil em Arquivos Neerlandeses (1624-1654)*. Tradução Maria Celeste Augusto. Leiden: Leiden University Press, 2011-2013. (Mauritiana, v. 4, 5).

51

O Abastecimento de materiais de escrita na Capitania de Minas Gerais no século XVIII Pedro Lopes Ferreira – Universidade Federal de Minas Gerais

Orientadora: Márcia Almada

Este trabalho apresenta os dados iniciais de uma pesquisa interdisciplinar iniciada no âmbito da Iniciação Científica (CNPq) e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fapemig) vinculada ao Projeto “Valoração Econômica e Desenvolvimento Tecnológico em Arquivos Públicos”, financiado pela Fapemig. A pesquisa visa levantar dados sobre o abastecimento de materiais de escrita na Capitania de Minas Gerais durante a segunda metade do século XVIII. Serão apresentados e discutidos os dados obtidos em um dos códices analisados, que se refere ao abastecimento dos materiais de escrita para os diversos órgãos da administração regional. Trata-se do “Livro de entradas e saídas de materiais dos armazéns reais, com receita e despesa, a cargo do almoxarife e do tesoureiro Theotônio Mauricio de Miranda Ribeiro”, datado entre 1786 e 1792 (APM, CC-1451). Os Armazéns Reais estavam ligados diretamente às Juntas da Fazenda. Dentre as atribuições do intendente está a compra dos gêneros necessários ao funcionamento da administração colonial (Fonseca, 2020, p. 48). Serão apresentados apenas os três tipos de papéis identificados nos registros (papel ordinário; de olhanda; de marca grande).





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

Referências:

Arquivo Público Mineiro (APM). Livro de entradas e saídas de materiais dos armazéns reais, com receita e despesa, a cargo do almoxarife e do Tesoureiro Teotônio Maurício de Miranda Ribeiro. 1786-1792. Coleção Casa dos Contos. Código de Referência: BR-MGAPM- CC-1451.

CUNHA, Alexandre Mendes. Da Junta da Real Fazenda à Tesouraria Provincial: a administração das finanças em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. In VENANCIO, R. P.; GONÇALVES, A. L.; CHAVES, C.M. *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012 (p.193-212).

FONSECA, Halysson Gomes. *Intendência da marinha e armazéns reais no arsenal da Bahia (1770-1808)*. 2021.

Santas e inspiradas leis: a aplicação das Constituições Primeiras nas freguesias do Rio Grande do Norte (séc. XVIII)

Pedro Teodoro Arruda de Alcântara – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientadora: Carmen Margarida Oliveira Alveal

A pesquisa tem como objetivo analisar a aplicação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia nas freguesias de Natal e de Portalegre, no século XVIII, buscando compreender como as normas eclesiais moldaram o cotidiano e a organização social na capitania do Rio Grande do Norte. Justifica-se pela relevância dessas Constituições como primeiro código normativo religioso na América Portuguesa e pela possibilidade de observar sua efetivação por meio dos livros de tombo. A metodologia adotada consiste em pesquisa documental de caráter qualitativo, com análise das visitas pastorais registradas nesses livros e o cruzamento com documentação administrativa do Arquivo Histórico Ultramarino. Os resultados indicam que as Constituições foram efetivamente utilizadas como parâmetro pelos visitantes para regular a vida paroquial, orientando práticas sacramentais, disciplina clerical, catequese, especialmente de populações indígenas, e administração material das igrejas. Observa-se, contudo, que sua aplicação variou conforme o contexto local, revelando adaptações e tensões entre normas gerais e realidades específicas.

R

A politização das forças armadas na Bahia: Os oficiais conjurados de 1798

Raquel Oliveira da Silva – Universidade Federal do Sul da Bahia

Orientador: Rodrigo Oliveira Fonseca





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

A presente pesquisa em desenvolvimento tem como objetivo analisar a trajetória militar de Hermógenes Francisco de Aguiar Pantoja, José Gomes de Oliveira Borges e Joaquim Antonio da Silva, identificando suas redes de sociabilidade e participação na Conjuração Baiana de 1798. O estudo se justifica ao preencher lacunas sobre o envolvimento de oficiais militares naquele movimento e em movimentos políticos posteriores. A pesquisa adota o método prosopográfico com a análise de trajetórias individuais desse grupo de militares, a leitura paleográfica de fontes primárias e a revisão bibliográfica de autores como Kraay (2004), Tavares (1975), Mota (2010) e Starling (2018). Identificou-se que a posição militar desses três oficiais facilitava a circulação de ideais insurgentes em diferentes estratos sociais, revelando uma rede de apoio estratégica no contexto baiano. A análise de sua trajetória reforça o caráter heterogêneo do movimento e a importância dessas redes nas lutas políticas do período.

53

Referências:

KRAAY, Hendrik. Raça, Estado e Força Militar: Bahia, Brasil, 1790-1840. Rio de Janeiro: EFV, 2004.

MOTA, Célio Souza. A Face Parda da “Conspiração dos Alfaiates”: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII. Dissertação de Mestrado, Feira de Santana-Ba, UEFS, 2010.

TAVARES, Luís Henrique Dias. História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 (“A Conspiração dos Alfaiates”). São Paulo: Pioneira, 1975.

STARLING, Heloisa M. Ser Republicano no Brasil Colônia. São Paulo. Companhia das Letras. 2018.

Vozes do Arquivo Colonial: As consultas do Conselho Ultramarino sobre as Questões indígenas na Capitania de Pernambuco e Capitanias Anexas (Séculos XVII e XVIII)

Robson Silva Bernardo – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Orientador: Fabrício Lyrio Santos

O presente estudo visa apresentar o produto inicial de uma pesquisa que está em andamento e que tem como objeto de estudo a atuação do Conselho Ultramarino na formulação e execução de políticas indigenistas no império luso-brasileiro entre 1670 e 1750. O estudo analisa como as consultas e pareceres do órgão buscavam enquadrar as populações indígenas de Pernambuco e demais Capitanias no ordenamento colonial, ou seja, como as decisões tomadas por esse importante órgão da administração colonial portuguesa afetaram as populações indígenas no período colonial e quais as repercussões daquelas políticas na atualidade brasileira. A pesquisa se baseia em uma metodologia de caráter histórico, historiográfico e qualitativo, e envolve a aquisição de técnicas básicas de paleografia. Os objetivos a serem alcançados são: realizar a transcrição das consultas do Conselho Ultramarino referentes à questão indígena em Pernambuco e capitanias anexas, com vistas à sua posterior análise; compreender, de forma mais ampla, o processo





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

de formação da sociedade brasileira, e, por consequência, das políticas indígenas e indigenistas do período; evidenciar a relevância da documentação, tendo em vista o papel exercido pelo tribunal do Conselho Ultramarino na história colonial luso-brasileira; e, por fim, apontar as especificidades da questão indígena em Pernambuco e capitanias anexas, no período em foco. A metodologia consiste na leitura prévia dos documentos objetivando a identificação do ano, local e assunto, que possibilitam definir o contexto histórico de produção do documento, os agentes envolvidos, a legislação vigente e os eventuais conflitos em torno da aplicação ou interpretação das leis. O segundo passo é identificar e transcrever na íntegra cada consulta, considerando também as informações que aparecem à margem, a saber: vistas e resoluções. Entre os resultados alcançados destacam-se o aprendizado inicial da pesquisa e da escrita acadêmica como partes fundamentais da formação científica inicial na área de História, juntamente com o desenvolvimento de técnicas básicas de leitura paleográfica. Espera, ainda, a produção de trabalhos acadêmicos e a integração acadêmica com outros estudantes, pesquisadores e instituições.

Palavras-chave: Brasil; Conselho Ultramarino; Políticas indigenistas.

S

Antônio Sardinha da Rocha: a trajetória de um carapina no Recôncavo baiano (séc. XVIII)

Sorlleean dos Anjos Alves – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Orientadora: Camila Fernanda Guimarães Santiago

A Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira (1698) possuía extenso território, com sede e sete freguesias. No período colonial, destacou-se como principal centro urbano, administrativo e político do Recôncavo baiano, impulsionado pela produção açucareira e fumageira e pelo comércio interno, fortalecido pelas atividades dos oficiais mecânicos (pedreiros, carapinas, sapateiros, alfaiates, marceneiros, ferreiros e outros). Embora essenciais, esses trabalhadores eram marcados socialmente pelo “defeito mecânico”, que inferiorizava seus ofícios por serem manuais. Para atuar, necessitavam de licença da Câmara, mediante exame e pagamento de fiança. Este painel trata dos carapinas da vila, oficiais ligados à produção e ao uso de ferramentas como o machado e a plaina, voltados a trabalhos de corte e desbaste em madeira. Analisamos quatro livros de fiança (1766-1770, 1777-1780, 1780-1783 e 1790-1800) com vistas a identificá-los, conhecer os locais em que atuavam no cenário urbano e suas condições, se livre, liberto ou escravizado. Em seguida, especial destaque será dado à trajetória de um deles, Antônio Sardinha da Rocha, a partir do seu inventário post mortem.

Referências:

BARRETO, Daniela Santos. A despeito do defeito: artesãos na cidade do Rio de Janeiro, c. 1690-c.1750. Acervo, [S. l.], v. 15, n. 2, 2011. p. 69-86.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763). Revista de História, São Paulo, n. 114, 1983. p. 5-20.

LIMA, Heitor Ferreira. História político-econômica e industrial do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

T

55

A Conjuração Baiana na Literatura

Tatiane dos Santos Novaes Costa – Universidade Federal do Sul da Bahia

Orientador: Rodrigo Oliveira Fonseca

O presente resumo traz os principais delineamentos de um plano de trabalho em Iniciação Científica que visa analisar e cotejar romances históricos sobre a Conjuração Baiana de 1798 com a sua historiografia, notadamente aquela de Luís Henrique Dias Tavares, o historiador que mais se dedicou a pesquisa desse movimento. Os romances históricos são *Um Cavaleiro da Luz* (Jafé Borges, 1999), *O touro do rebanho* (Krishnamurti Góes dos Anjos, 2013), e *A Conspiração dos Búzios* (Gramiro de Matos, 2016). Metodologicamente, a pesquisa articula revisão bibliográfica, análise historiográfica e leitura crítica das obras literárias, considerando debates teóricos sobre as relações entre história e literatura (Hutcheon, 1991; Maestri, 2002; Farge, 2015; Fantinato, 2017; Bernardo, 2022). A pesquisa busca testar como e em que medida os romances históricos analisados oferecem pistas narrativas para o tratamento e consideração de lacunas na documentação ou de bloqueios na interpretação da documentação levantada pela historiografia. Enfim, por que caminhos a literatura sobre a Conjuração Baiana pode contribuir na ampliação do campo de possibilidades interpretativas sobre o movimento?

Referências:

ANJOS, Krishnamurti Góes dos. *O touro do rebanho*. Lisboa: Chiado Editora, 2013.

BERNARDO, João. Para uma historiografia do não. *Passa Palavra*, [S.l.], maio 2022. Disponível em: <https://passapalavra.info/2022/05/143354/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

BORGES, Jafé. *Um cavaleiro da luz*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; EGBA, 1999.

FANTINATO, Manuela. Literatura e história: um diálogo possível. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 12-19, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19441>. Acesso em: 26 abr. 2026.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

MAESTRI, Mário. História e romance histórico: fronteiras. *Novos Rumos*, Marília, v. 17, n. 36, p. 38-44, 2002. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2228/1846>. Acesso em: 26 abr. 2026.

MATOS, Gramiro de. *A conspiração dos búzios*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2016.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Da sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; Campinas: UNESP, 2003.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798 (A conspiração dos alfaiates)*. São Paulo: Pioneira, 1975.

56



A consciência dos juízes e os “casos americanos” à luz do pensamento probabilista de Hermann Busenbaum na América Moderna – século XVII

Victória Beatriz Melquiades Leitão – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Orientador: Jeannie da Silva Menezes

A pesquisa, em desenvolvimento no PIC/UFRPE (2025-2026), tem como objetivo geral investigar a influência do pensamento de Hermann Busenbaum (1600-1668) na formação das noções de justiça na América Moderna, buscando, de modo específico: levantar e sistematizar em sua obra os argumentos morais sobre as noções de justiça, consciência e licitude; caracterizar a atuação de agentes da justiça; e selecionar práticas judiciais ocorridas na América, a fim de analisá-las à luz de seu pensamento. Justifica-se pela necessidade de superar leituras estritamente legalistas da experiência jurídica ibero americana, considerando a relevância da teologia moral, do probabilismo e do casuismo para o período. Metodologicamente, articula a revisão de fontes secundárias à análise da obra *Medulla da Theologia Moral* (Lisboa, 1683), seguida da seleção e interpretação de casos concretos. Os resultados iniciais indicam, na fonte primária, temas como confissão, consciência, licitude, leis e a atuação de juízes e advogados, revelando a relação entre direito e teologia moral. Por fim, a continuidade da pesquisa buscará se aprofundar na consciência dos juízes e nos “casos americanos”.

Referências:

BUSENBAUM, Hermann. *Medulla da Theologia Moral*, onde se resolvem com fácil, & perspicaz methodo os casos de consciencia. Tradução de Manuel Pereira de Sousa. Lisboa: na Officina de João Galraão, 1683. Disponível em: <https://purl.pt/14170>. Acesso em: 12 mar. 2026.

CARRERA, Heitor Castanha. *Teologia moral e justiça na obra de Hermann Busenbaum. Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 248–274, 2017.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

PROATTI, Elaine Godoy. A consciência do juiz na América colonial do século XVII: aproximações entre a teologia e o direito. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 185–199, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5614>. Acesso em: 15 jan. 2026.

RUIZ, Rafael. La teología moral y el probabilismo jurídico en la América española de la temprana modernidad. In: TERRANEO, Sebastián (coord.). *III Jornadas de Estudio del Derecho Canónico Indiano*. Junín: De Las Tres Lagunas, 2017.

RUIZ, Rafael. O sal da consciência: probabilismo e justiça no mundo ibérico. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência "Raimundo Lúlio" (Ramon Llull), 2015.

SILVA, Bruno Ribeiro da. O impacto do Probabilismo e do casuismo na prática da Confissão no século XVI: convencimento, persuasão e autodisciplina. *Revista de História da UFBA*, Salvador, v. 8, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/34479>. Acesso em: 4 fev. 2026.

TUTINO, Stefania. *Uncertainty in post-reformation Catholicism: a history of probabilism*. New York: Oxford University Press, 2018.

TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre. Estudios sobre el Derecho consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001.

Diário da Jornada de Sotto Mayor pelo Rio Pacajá (1656-1659): Descrições da Natureza na Amazônia Seiscentista

Virginia Vitória Paes Araujo e Murilo Said Freire Silva – Universidade Federal do Pará

Orientador: Wesley de Oliveira Kettle

A natureza no século XVII pode ser observada frequentemente em algumas descrições presentes nas documentações desta época. Neste período acontece a expedição denominada a “viagem de ouro” que buscava encontrar metais preciosos na região amazônica, foi nesta viagem que o padre português João de Sotto Mayor escreveu o diário de sua jornada ao Rio Pacajá em 1656 a 1659, tal documentação não foi concluída, quando o jesuíta veio a óbito por causa de uma doença da localidade. Este documento apresenta representações da natureza amazônica Seiscentista como rios, cachoeiras, madeiras, animais, plantas e vegetais utilizados para alimentação e tratamento de algumas doenças. Este artigo busca analisar na perspectiva ambiental o protagonismo da natureza e a sua conjuntura na Amazônia Colonial descrita na fonte, expondo a interação do ser humano com o mundo natural, dentro do ensino de história. Portanto, pode-se observá-la para além de questões políticas e econômicas.





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

“A fim de livrar este povo deste penoso cativoiro”: A resposta da Câmara de Goiana frente a política da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1760-1780)

Yan Felipe Souza Lopes – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Orientadoras: Suely Creusa Cordeiro de Almeida e Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira

O presente trabalho tem como objetivo analisar a representação da atuação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba feita pela Câmara da Vila de Goiana em carta enviada para a Rainha D. Maria I em 1778, buscando com isso identificar os traços da cultura política do Antigo Regime presentes no agir e nas reivindicações da edilidade, bem como sua posição em meio às disputas locais. A análise da fonte se deu sob a metodologia da Análise de Conteúdo, a partir da criação de categorias. Com nosso estudo, buscamos demonstrar o uso de estratégias reivindicatórias típicas da elite pernambucana e a permanência de uma prática política de Antigo Regime, assim como situar a elite camarária de Goiana dentro das disputas geradas pelo estabelecimento da referida Companhia e propor sua caracterização.

Referências:

BARBALHO, Luciana de Carvalho. Capitanias de Itamaracá, poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742). 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do império. In: FRAGOSO, J. & BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SOUZA, G. F. C. Tratos e mofatras: O grupo mercantil do Recife colonial (c.1654 - c.1759). Recife, 2ª edição revista e ampliada: Editora UFPE, 2020.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9830.

Imagens do Republicanismo Popular no Extremo Sul da Bahia

Yessa Rodrigues da Silva – Universidade Federal do Sul da Bahia

Orientador: Rodrigo Oliveira Fonseca

Essa pesquisa analisa a circulação de projetos políticos rebeldes no Extremo Sul da Bahia do final do período colonial pelo modo como foram registrados ou silenciados na imprensa dos séculos XIX e XX. Ao investigar periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e jornais como o Correio de Porto Seguro e o Jornal Oficial de Belmonte, notou-se que vilas como Porto Seguro e Caravelas aparecem mais em registros





XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Mundos em Reconstrução:
conexões, trocas e tensionamentos de identidades
na constituição dos impérios ultramarinos
(séculos XV-XIX)

06 a 09 de outubro | 2026

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia

de abastecimento enviados à capital, sem menções diretas a agitações políticas, o que contribuiu para o apagamento de experiências como as que ocorreram em Porto Seguro no ano de 1824, com perseguição a portugueses e difusão de “papeis incendiários republicanos” (Brito, 2024). Ideais revolucionários se expressavam não apenas sob o termo “republicanismo” (Sacramento, 2024), mas sob diversas formas de recusa de opressões e na construção de noções próprias de justiça. Sem buscar “provas” de um movimento organizado, investiga-se formas de circulação e memória de expressões de uma tradição republicana popular em um território frequentemente tratado apenas como produtor de alimentos, mas que contava com redes políticas como aquelas estabelecidas pelo jornal O Guaycuru.

59

Referências:

BRITO, Alailson Mendes. Antilusitanismo na Comarca de Porto Seguro (1821–1844). 2024. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

CORREIO DE PORTO SEGURO. Porto Seguro, 1912. Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 15 fev. 2026.

DETTMANN, Matheus Brum Domingues. O Guaycuru e a divulgação de ideias federalistas e republicanas na Bahia do princípio do Segundo Reinado. Revista Historiador, n. 10, ano 10, mar. 2018. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acesso em: 15 fev. 2026.

JORNAL OFICIAL. Belmonte, [s.d.]. Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 15 fev. 2026.

SACRAMENTO, Flávio Márcio Cerqueira do. Bahia em transe: o Recôncavo no movimento rebelde de 1798. 2024. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

